

Universidade de Lisboa



Faculdade de Direito



Mestrado Profissionalizante

Especialidade: Ciências Jurídico-Forenses

Dissertação de Mestrado

***“PROCESSOS DE INVENTÁRIO – LEGITIMIDADE
PARA REQUERER”***

Orientadora: Professora Doutora Maria Margarida Costa Silva Pereira
Taveira Sousa

Mestranda: Mariana dos Santos Fernandes Arcanjo Rodrigues

N.º 27425

julho de 2018

Universidade de Lisboa



Faculdade de Direito



Mestrado Profissionalizante - Especialidade: Ciências Jurídico-Forenses

Dissertação de Mestrado

***“PROCESSOS DE INVENTÁRIO – LEGITIMIDADE
PARA REQUERER”***

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no âmbito do 2.º ciclo - Direito (conducente ao grau de Mestre) na área de especialização em Ciências Jurídico-Forenses, sob orientação da Senhora Professora Doutora Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa.

Orientadora: Professora Doutora Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa

Mestranda: Mariana dos Santos Fernandes Arcanjo Rodrigues

N.º 27425

julho de 2018

AGRADECIMENTOS

“Cem vezes todos os dias lembro a mim mesmo que minha vida interior e exterior, depende dos trabalhos de outros homens, vivos ou mortos, e que devo esforçar-me a fim de devolver na mesma medida que recebi.”

Albert Einstein

Tendo sido longa a caminhada até à concretização da presente Dissertação, não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que percorreram juntas, a meu lado, este caminho.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Doutora Maria Margarida Silva Pereira pela orientação e pelo apoio concedido.

Também não poderia deixar de agradecer à minha orientadora de estágio, Doutora Sofia Henriques, por me ter permitido conciliar o estágio com a realização desta Dissertação.

Pela sua disponibilidade e revisão literária, o meu sincero agradecimento à minha amiga de longa data, Sofia Vieira Lopes.

Ao Francisco, pelo ânimo e presença constantes, por nunca me ter deixado desistir, mesmo nos momentos mais difíceis, o meu obrigada.

Às minhas amigas, pela compreensão da minha ausência, bem como pela boa disposição.

Por fim, mas não menos importantes, aos meus queridos pais e irmãos, por todo o carinho, pois, sem eles nada disto seria possível.

RESUMO

A Lei n.º 23/2013, de 5 de março, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2013, veio aprovar um novo regime jurídico do processo de inventário. Com efeito, a presente lei determinou inúmeras alterações ao regime, deixando este de se encontrar regulado no Código de Processo Civil para passar a ser regido por uma lei própria e específica. Assim sendo, os processos de inventário passaram a correr os seus termos nos Cartórios Notariais, retirando a competência (exclusiva) aos Tribunais, que outrora lhes cabia, ficando apenas a competir ao juiz homologar, a final, o mapa de partilha elaborado pelo Notário.

Neste sentido, a presente Dissertação tem como intuito analisar a legitimidade processual nos processos de inventário, em especial a legitimidade para requerer. Analisa-se o critério utilizado pelo legislador, estabelecendo um termo de comparação com este pressuposto processual no processo civil declarativo comum.

Explicita-se previamente a distinção entre legitimidade para requerer e legitimidade para intervir no processo de inventário, distinção esta bem patente dados os diferentes potenciais intervenientes neste processo especial. Tal análise é precedida de uma breve abordagem do regime jurídico do processo de inventário nas suas linhas gerais, dando a conhecer não só as suas origens, como também o conceito de inventário, suas funções, finalidades e natureza. Analisamos ainda com especial relevância quem tem legitimidade para requerer o processo de inventário, em torno do conceito de interessados diretos. Nesse âmbito, estudamos com maior profundidade a figura do herdeiro, do cônjuge meeiro, do cônjuge do herdeiro, do cessionário, sem deixar de referenciar a posição particular dos incapazes. Terminamos o nosso trabalho indagando e estudando quais os casos especiais de atribuição de legitimidade para requerer processo de inventário a categorias de pessoas que, em regra, não a detêm.

Sendo uma matéria cuja controvérsia doutrinal não foi ultrapassada pelo Regime Jurídico do Processo de Inventário, aprovado pela referida Lei n.º 23/2013, de 5 de março, concluímos com um quadro geral de pessoas a quem a legitimidade para requerer o processo de inventário deve ser reconhecida, fundamentando em termos algo diversos do que a doutrina e a jurisprudência o vinha fazendo até aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Processo de Inventário – Legitimidade para requerer - Interessados diretos - Incapazes – Cônjuge do herdeiro

ABSTRACT

The 23/2013 Law, on 5th March, in force on 2nd September 2013, endorsed a new Right in the Probate Proceeding. Moreover, the current Law brought different amendments to the previous Rule; one of them was that the Probate Proceeding was no longer regulated by the Portuguese Code of Civil Procedure, but by a specific and its own Law. Thus, the inventory procedures began to be held in the Notary's office, withdrawing the former (and exclusive) competence to the Courts; the remain task is that the judge has to ratify the partition as a whole, done by the Notary.

As stated above this essay aims to analyse the legal procedure in the Probate Proceeding, specially to legitimise those who are able to request. The criteria used by the legislator is analysed making a comparison with this procedural assumption in the Common Declaratory Civil Procedure.

Firstly, it is highlighted the difference between the right to legitimise a request and to legitimise the right to intervene in the Probate Proceeding; this difference is relevant considering all those who might intervene in this special procedure.

The former analysis is preceded by a short and general approach to the Legal Regime of the Probate Proceeding, identifying not only its roots but also the concept of Probate, its functions, objectives and judicial nature.

It is also emphasized who has the legal standing to request the Probate Proceeding, based on the definition of lineal heir. To this extent, we have researched further in the figure of the heir, of the Spouse entitled to half, of the heir's spouse, of the assignee, and not last but not least the handicapped.

We finish this lecture wondering and studying which are the special cases of allocation of entitlements to request the Probate Proceeding, who have not been commonly entitled to request it.

As a content whose doctrinal controversy hasn't been overcome by the Procurement Legal Framework of the Probate Proceeding, approved by the Law 23/2013, on 5th March, we conclude with an overview of all those whose legitimacy to request the Probate Proceeding must be recognized and granted, based on more the Jurisprudence and principles did so far.

KEY-WORDS: Probate Proceeding - Legitimacy to request - Lineal heir – Handicapped - Heir's spouse.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

Al.	- Alínea
Als.	- Alíneas
Art.	- Artigo
Arts.	- Artigos
BMJ	- Boletim do Ministério da Justiça
CC	- Código Civil
Cfr.	- Confrontar
CPC	- Código de Processo Civil
D.L.	- Decreto-Lei
D.R.	- Diário da República
Ed.	- Edição
Nº	- Número
N.ºs	- Números
P.	- Página
PP.	- Páginas
PROC.	- Processo
RJPI	- Regime Jurídico do Processo de Inventário
SS.	- Seguintes
STJ	- Supremo Tribunal de Justiça

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I.....	8
1 - O Regime do Processo de Inventário introduzido pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março	8
1.1 – Linhas Gerais.....	8
1.2 – Conceito, Funções ou Finalidades.....	9
1.2.1 – Inventário-divisório	11
1.2.2 – Inventário arrolamento	13
1.3 – Competências e Natureza do processo de inventário	16
CAPÍTULO II.....	27
2 – A legitimidade nos processos de inventário.....	27
2.1 – A legitimidade no processo civil.....	27
2.2 – A legitimidade no processo de inventário	33
2.2.1 – Legitimidade para requerer e para intervir	35
2.2.2 – Critério para aferir a legitimidade para requerer	39
2.2.2.1 – Interessados diretos.....	40
a) Herdeiros.....	42
i) Incapazes ou ausentes em parte incerta.....	44
i.1) Menores	49
i.2) Interditos.....	51
i.3) Inabilitados	53
ii) Ausentes em parte incerta	54
b) Cônjuge do herdeiro.....	57
c) Cessionário do direito à herança.....	64
2.2.3 – Casos especiais de legitimidade para requerer	71
2.2.3.1 – Se não existirem herdeiros legitimários, poderão requerer os legatários?	71
2.2.3.2 – Usufruto de parte da herança, sem determinação de valor ou objeto	71
CONCLUSÕES	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação tem como tema “Processos de Inventário – Legitimidade para requerer”.

A escolha do tema fundou-se na necessidade de repensar um tema que a doutrina e a jurisprudência já há muito debatiam perante um novo regime jurídico do processo de inventário, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2013.

O disposto do n.º 2 do art. 2101.º do CC refere que se procede à partilha por meio de inventário, nos termos previstos em lei especial, ou seja, pela referida Lei n.º 23/2013, de 5 de março. O critério pelo qual se recorre a este tipo de processo assenta na falta de acordo de todos os interessados na partilha ou na ausência em parte incerta de algum dos herdeiros.

Este diploma legal veio revolucionar *o modus operandi* dos processos de inventário, transferindo a sua tramitação para os Cartórios Notariais, com uma homologação a final pelo juiz. É fundamental começar logo por perceber quem pode iniciar o processo, ou seja, quem tem legitimidade para o requerer.

O objeto de estudo do nosso trabalho versa sobre a análise das alíneas a) e b) do n.º 1 do art. 4.º do regime jurídico do processo de inventário, que contemplam a legitimidade para requerer o processo de inventário. Desta norma decorrem conceitos indeterminados, nomeadamente no que diz respeito aos interessados diretos, que cumpre preencher com rigor. Pretende-se, ao longo deste trabalho, analisar as diferentes posições doutrinárias e da jurisprudência, compreender os problemas que a atual redação do preceito legal coloca, e tentar ultrapassar as dúvidas interpretativas, estabelecendo um quadro preciso de quem tem legitimidade para requerer o processo de inventário, centrando sobretudo a análise na questão da intervenção do cônjuge do herdeiro.

O objetivo é demonstrar quais as situações em que o cônjuge do herdeiro goza de legitimidade para requerer o processo de inventário, explicitando as diferentes perspetivas sobre o seu papel.

Através de uma estrutura que se pretende simples e clara, a investigação seguirá em busca de todas as pessoas que se podem reconduzir ao conceito de interessado direto,

em concretização da norma constante da al. a) do n.º 1 do art. 4.º do RJPI, e de representante legal, em concretização da al. b) do mesmo preceito legal.

CAPÍTULO I

1 - O Regime do Processo de Inventário introduzido pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março

1.1 – Linhas Gerais

No dia 2 de setembro de 2013 entrou em vigor a lei que aprova o (novo) regime jurídico do processo de inventário – doravante RJPI – a Lei n.º 23/2013, de 5 de março, conforme se encontra estipulado nos termos do art. 8.º da mesma lei.

Todavia, prévia a esta atual lei, existiu uma outra que a antecedeu, conhecida pela Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, visando não apenas o descongestionamento por parte dos tribunais, como também propiciar uma maior celeridade processual dado padecerem de uma tramitação especialmente morosa.

A Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, desde o seu início aprovou o Regime Jurídico do Processo de Inventário, tendo como principal intuito a desjudicialização¹, mas cujo o diploma legal foi objeto de inúmeras alterações à mesma².

Não importa agora repristinar quais as *ratios* que conduziram à não produção dos seus efeitos relativamente ao então regime em causa, ficando apenas com a noção de que a Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, partindo de várias vicissitudes, não teve a sua aplicabilidade prática.

É neste sentido que, após o fracasso da regulamentação desta lei, surge e vem a ser publicada a Lei n.º 23/2013, de 5 de março, que aprovou o atual RJPI.

O regime estatuído na Lei n.º 23/2013, de 5 de março passou, assim, a ser aplicável aos processos de inventário a partir de 2 de setembro de 2013 (data que entrou em vigor, como já foi referido *supra*), uma vez que no regime antigo, os mesmos eram tramitados exclusivamente pelos tribunais e regidos também exclusivamente³ pelo Código de

¹ A ideia da desjudicialização nos processos de inventário partiu da Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007, de 6 de novembro, que previa, entre outras medidas, o seguinte “Com vista a garantir uma gestão racional do sistema de justiça, libertando os meios judiciais, magistrados e oficiais de justiça” procedeu-se à “desjudicialização do processo de inventário, considerando que o tratamento pela via judicial deste processo resulta particularmente moroso, assegurando sempre o acesso aos tribunais em caso de conflito (...)”. Vide RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS, N.º 172/2007, DE 6 DE NOVEMBRO, publicada no D.R., 1.ª série, n.º 213, 6 de novembro de 2007.

² Para um conhecimento aprofundado das razões dos vários diplomas legislativos, cfr. A. LOPES CARDOSO, *Partilhas Judiciais I, (completamente revista, adaptada e actualizada pelos RJPI e CPCIV. de 2013)*, 6ª ed., Coimbra, Edições Almedina, pp. 32-41.

³ Contudo, aos processos de inventário que estejam submetidos ao atual RJPI também se aplica subsidiariamente o CPC e respetiva legislação complementar, tal como se encontra previsto no art. 82.º do RJPI.

Processo Civil (CPC), na sua anterior redação, de 28 de dezembro de 1961. Porém, aos processos pendentes, o RJPI não é extensível. O art. 7.º desta mesma lei determina que “O disposto na presente lei não se aplica aos processos de inventário que, à data da sua entrada em vigor, se encontrem pendentes.”.

Por outras palavras, aos processos que se encontrem pendentes, isto é, que deram a sua entrada nos tribunais antes da vigência da Lei n.º 23/2013, de 5 de março, a competência continua a ser atribuída a esta mesma Entidade, sendo submetidos ainda ao anterior regime do CPC.

1.2 – Conceito, Funções ou Finalidades

Os processos de inventário são uma das modalidades da partilha, que seguem um regime especial, “fugindo” ao formalismo comum dos demais processos declarativos (mais adiante teremos oportunidade de aprofundar melhor este tema), destinando-se a por termo à indivisão do património do falecido (caso seja partilha por herança), ou à indivisão do património do dissolvido casal (seja decretada a separação judicial de pessoas e bens, declarado nulo ou anulado o casamento ou a partilha por divórcio), mas cuja condição essencial reside no facto de não haver acordo entre os interessados diretos ou quando a herança seja deferida a um interessado ausente em parte incerta.

Todavia, os inventários não compreendem unicamente o ato concreto da partilha, isto é, o momento em que se determina a divisão dos bens hereditários ou do dissolvido casal, abrangem também outros atos necessários anteriores à partilha, nomeadamente, a apresentação da relação e descrição dos bens que figurem num determinado património.

Ao contrário do que outrora era habitual, já não se faz distinção entre a partilha propriamente dita e o momento da preparação da mesma⁴, pois a “partilha”, no seu *lato sensu*, envolve todo um procedimento específico, complexo, com diversas fases que, sem os atos prévios à partilha propriamente dita, não estaria em condições de se proceder à divisão dos bens hereditários, isto é, calcular o valor da herança, determinar o valor e

⁴ ADALBERTO COSTA, *A Partilha em Inventário, Incursão pelo Novíssimo Regime Jurídico do Processo de Inventário*, Porto, Vida Económica- Editorial, 2015, nota 28, p.33, revela que “Antes da Novíssima Reforma Judiciária do séc. XIX, portanto, na vigência das Ordenações, fazia-se a distinção entre o inventário e a partilha. Aqui, o inventário compreendia a relação e a descrição dos bens que pertenciam à massa partível, funcionando assim como preparação para a partilha. Por sua vez, a partilha era antes o ato de divisão da massa hereditária pelos sucessores do autor da herança. Em 1890, com o Código Civil (código de Seabra) e o Código de Processo Civil, já assim se não entendia. Agora o Inventário inclui e exprime todos os atos anteriores e subsequentes à partilha (...)”.

preencher concretamente as quotas de cada interessado, entre outros, dado que não estariam descritos e relacionados os bens, assim como a avaliação dos mesmos.

Nesta linha de pensamento, J. A. Lopes Cardoso entende que “(...) em sentido lato o inventário pode definir-se como sendo a relação e a descrição dos bens pertencentes a alguma pessoa, no sentido restrito “inventário” é o processo que se destina à descrição e partilha dos bens da herança de uma pessoa falecida.”⁵.

Este mesmo autor acrescenta ainda que “(...) inventariar significa arrolar, descrever, relacionar coisas ou objectos, e o arrolamento, descrição e relação têm sempre e acima de tudo um fim cautelar (...)”⁶.

Nas palavras de Adalberto Costa, o inventário é descrito como sendo “(...) um ato de relacionamento que reúne pelo menos duas fases ou momentos fundamentais: uma, a da relação e descrição dos bens que constituem o acervo hereditário; outra, a da divisão ou partilha desses bens.”⁷.

Seguindo estas linhas orientadoras, podemos afirmar, em jeito de conclusão, que enquanto aceção jurídica o conceito “inventário” é a expressão de todos os atos anteriores e posteriores à partilha.

Na análise ao termo “inventário”, ao referirmos que este tipo de processos não se destina exclusivamente ao ato concreto da partilha, integrando ainda os atos da relação e descrição de bens, estaríamos já, de um modo subtil, a revelar quais as funções que constituem os processos em estudo.

Não havendo margem para dúvidas, o disposto do n.º 1 do art. 2.º do RJPI, menciona que “O processo de inventário destina-se a pôr termo à comunhão hereditária ou, não carecendo de se realizar a partilha, a relacionar os bens que constituem objeto de sucessão e a servir de base à eventual liquidação da herança.”. O n.º 3 do referido artigo acrescenta “Pode ainda o inventário destinar-se, nos termos previstos nos artigos 79.º a 81.º, à partilha consequente à extinção da comunhão de bens entre os cônjuges.”.

Com efeito, decorre deste preceito que os processos de inventário estão circunscritos apenas a duas finalidades: a primeira visa obter a divisão de bens e a sua subsequente partilha e a segunda, a relação e descrição dos bens, nos casos em que se proceda unicamente à liquidação da herança.

⁵ Cfr. J. A. CARDOSO, *Partilhas Judiciais I*, 4º ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1990, pp. 34-35.

⁶ *Idem.* p.33.

⁷ Vide ADALBERTO COSTA, *ob. cit.*, p. 34.

1.2.1 – Inventário-divisório⁸

Uma das funções que se encontra estipulada na norma legal supramencionada tem como objetivo por termo à comunhão hereditária ou à comunhão de bens do casal.

Em ambos os casos, há um património comum que pressupõe a indivisão dos bens, visando a sua divisão e partilha por todos os interessados.

Na hipótese do inventário por herança, o objeto a partilhar é o património do *de cuius* que é constituído por todos os seus direitos, bens e obrigações. Com a morte do autor da herança, as relações jurídicas deste extinguem-se e transmitem-se aos seus herdeiros.

Não tendo ainda ocorrido a partilha e havendo diversos herdeiros, o património do inventariado mantém-se numa situação de indivisão. Por outras palavras, encontramos perante uma herança indivisa, em que os sucessores do *de cuius*, de acordo com Capelo de Sousa, “(...) não detêm direitos próprios sobre cada um dos bens hereditários e nem sequer são comproprietários desses bens, mas apenas titulares em comunhão de tal património.”⁹.

Nesta perspetiva, considera-se que haja necessidade para partilhar a comunhão hereditária, de modo a que cada um dos herdeiros possa adquirir para si bens ou direitos.

É neste sentido que surge a partilha de bens em comunhão por via da sucessão, conforme o disposto do n.º 1 do art. 2.º do RJPI.

O mesmo acontece no caso de inventário em consequência de separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação do casamento¹⁰.

Quando ocorre a dissolução do casamento, por qualquer uma das causas mencionadas *supra*, as relações patrimoniais do casal extinguem-se. Ao extinguirem-se torna-se indispensável efetuar a partilha de bens entre os cônjuges, uma vez que, dependendo da escolha de regime de bens, o casal tem direito não só a receber os bens que são próprios de cada um, como também a meação dos bens comuns (na hipótese de serem casados no regime geral de bens ou no regime da comunhão de adquiridos). Ora,

⁸ CAPELO DE SOUSA, *Lições de Direito das Sucessões II*, 1ª Ed., Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1980, entende que se designa “Inventário-divisório”. Porém, NETO FERREIRINHA, *Processo de Inventário Reflexões sobre o novo regime jurídico- Lei nº 23/2013, de 5 de março*, 2ª ed. Revista, Aumentada e actualizada, Coimbra, Edições Almedina, 2015, denomina o mesmo como “Inventário-partilha”. Já os autores LOPES CARDOSO (1990 e 2015), *ob. cit.*, defendem que poderá ser designado tanto “inventário divisório”, como “inventário partilha”.

⁹ Vide CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. II*, pp.113-114.

¹⁰ Cfr. n.º 3 do art. 2.º e art. 79.º, ambos do RJPI.

enquanto não se proceder à partilha, os bens comuns manter-se-ão na comunhão, isto é, continuarão a ser de ambos os cônjuges, não permitindo a sua adjudicação a cada um.

Tal como nos inventários por herança, também nos inventários em consequência de separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação do casamento ocorre a partilha não só dos bens comuns do casal, como também a relação e descrição de bens em virtude de ter cessado a comunhão entre os cônjuges.

Conforme já se explicitou, os inventários caracterizam-se por serem um procedimento complexo, em que se tem de relacionar e descrever os bens para se proceder à divisão dos mesmos, ou seja, à partilha propriamente dita.

Por outras palavras, é necessário conhecer quais os bens que compõem o património do falecido ou o património do casal para que, numa fase inicial, se consiga calcular o valor da herança e se determine o valor do quinhão que caberá a cada interessado.

Deste modo e nesta fase, os inventários têm como propósito relacionar e descrever os bens que fazem parte do acervo hereditário ou do património comum do casal.

Porém, não só destes atos (relação e descrição dos bens) se definem os inventários. Relacionar e descrever bens são atos essenciais, mas não os únicos. São prévios à divisão dos bens e sua subsequente partilha pelos interessados.

O fim primacial que o denominado “inventário-divisório” visa é a partilha por todos os interessados¹¹.

Concluimos, assim, que os processos de inventário são compostos por duas fases: a primeira, pela relação e descrição detalhada dos bens que constituem o património indiviso, quer do inventariado, quer do dissolvido casal; a segunda, pela avaliação e sua subsequente divisão e partilha por todos os interessados¹².

Segundo J. A. Lopes Cardoso, “(...) esta dupla finalidade que define o inventário «quo tali»; por um lado faz-se a descrição pormenorizada dos bens que ficaram por

¹¹ NETO FERREIRINHA, *ob. cit.*, p.26, demonstra que “O objectivo do inventário não se confina à relação dos bens da herança. Procura-se também, e principalmente, obter a partilha desses bens entre os interessados.”

¹² Segundo TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *O Novo Regime do Processo de Inventário – Notas e Comentários*, 2ª ed., Lisboa, Quid Juris - Sociedade Editora, 2015, p.20, “o inventário – divisório tem como objetivo final a partilha duma massa de bens pelos respetivos titulares. Descrevem-se e avaliam-se os bens não com o fim meramente conservatório ou cautelar, mas com vista à preparação da partilha. Quer dizer, este inventário exerce função divisória: dissolve uma universalidade, substituindo-lhe a formação de quinhões ou quotas individuais ou concretizadas.”

falecimento de alguma pessoa e por outro atribuem esses bens aos beneficiados em testamento e aos herdeiros legítimos.”¹³.

É nesta “dupla finalidade” que os processos objeto de estudo assumem a sua identidade.

1.2.2 – Inventário arrolamento

Como já se observou, os inventários não se destinam unicamente à partilha, isto é, ao ato de pôr termo à comunhão hereditária ou à extinção da comunhão de bens entre os cônjuges. Do mesmo modo, aplicam-se nos casos em que se pretende descrever e relacionar bens para se proceder exclusivamente à liquidação da herança, conforme o disposto da segunda parte do n.º 1 do art. 2.º do RJPI.

Esta função, designada como “Inventário-arrolamento”, tem por base a relação e descrição dos bens que integram o acervo hereditário do *de cuius*, tendo em vista apenas a liquidação da herança, não necessitando de se concretizar a partilha, deixando esta de ser um objetivo a cumprir.

Uma das situações em que se verifica o interesse em ocorrer esta finalidade no inventário é o caso de haver um único interessado no processo. Nesta hipótese, o interessado é, nas palavras de Capelo de Sousa, “(...) titular quer da universalidade de direito constituída pela herança total quer de cada um dos bens que a constituem.”¹⁴.

Sendo o interessado único titular de toda a herança deixada pelo autor da sucessão, não só é titular dos bens que integram o património do inventariado, como também é o único responsável pelos encargos da herança.

É por este prisma que o denominado “inventário-arrolamento” tem essa utilidade: o cumprimento dos encargos da herança pelo interessado, bem como o ónus da prova.

Neste seguimento e nos termos do art. 2068.º do CC, “A herança responde pelas despesas com o funeral e sufrágios do seu autor, pelos encargos com a testamentaria, administração e liquidação do património hereditário, pelo pagamento das dívidas do falecido e pelo cumprimento dos legados.”.

A herança tanto pode ser aceita pura e simplesmente ou a benefício do inventário, tal como dispõe o n.º 1 do art. 2052.º do CC.

¹³ Vide J. A. LOPES CARDOSO, *ob cit.*, p. 35.

¹⁴ Vide CAPELO DE SOUSA, *ob. cit II.*, pp. 116-117.

Quer na primeira quer na segunda espécie de aceitação da herança, em ambas as situações o que se põe em causa são as dívidas da herança do *de cuius*, ou seja, a responsabilidade do único interessado pelos encargos da herança.

Dito por outras palavras, os encargos não podem exceder o valor dos bens do inventariado. Todavia, enquanto que na herança aceita pura e simplesmente compete ao interessado fazer prova de que não existem na herança bens de valor suficiente para se poderem liquidar as dívidas^{15 16}, já na herança aceita a benefício do inventário¹⁷, continua a responder-se pelos encargos da herança apenas os bens do *de cuius*, mas incumbe agora aos credores ou legatários provarem a existência de outros bens no património do inventariado, para além daqueles que já se encontram relacionados, de forma a que se liquidem as dívidas¹⁸.

A grande distinção entre a herança aceita pura e simplesmente e a herança aceita em benefício do inventário encontra-se no ónus da prova relativamente à existência dos bens herdados pelo único interessado, como acabámos de referir.

É na herança aceita a benefício de inventário que se encontra o sentido desta finalidade no processo em causa, isto é, o que importa é que caibam aos credores e legatários fazer prova de que existem bens de valor suficiente para o cumprimento dos encargos, afastando a possibilidade de ser o interessado a ter que fazer o ónus da prova.

Com efeito, é este o sentido que caracteriza o “inventário-arrolamento”. O único fim pretendido nesta função do processo de inventário é a descrição e relação dos bens, assim como a liquidação dos encargos da herança, quando haja um único interessado¹⁹. Ao contrário do “inventário-divisório”, não tem como intuito a partilha.

Tal como Neto Ferreirinha cita “(...) a lei lhe faculta a possibilidade de requerer o “inventário-arrolamento”: o seu objectivo restringe-se à relação e valoração de bens que a constituem.”²⁰.

Analizadas as duas finalidades intrínsecas ao processo de inventário constatamos que ambas são bastante díspares quanto ao fim pretendido. Se por um lado, o denominado

¹⁵ Cfr. n.º 2 do art. 2071.º e art. 2053.º, ambos do CC.

¹⁶ Relativamente à herança aceita pura e simplesmente, TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *Ob. cit.*, p.20, alude que “(...) se o herdeiro não produzir a prova de que na herança não há bens suficientes para o cumprimento dos encargos, fica apenas excluída a sua responsabilidade até ao valor dos bens, podendo ser-lhe penhorado os seus bens próprios – art.º 744º do atual Cód. Proc. Civil.

¹⁷ Cfr. n.º 1 do art. 2071.º do CC.

¹⁸ Sobre esta matéria, vide NETO FERREIRINHA, *ob. cit.*, p.26; e TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *ob. cit.*, p.20.

¹⁹ Cfr. ADALBERTO COSTA, *ob. cit.*, nota 30, p.34.

²⁰ Vide NETO FERREIRINHA, *ob. cit.*, p.27.

“inventário-divisório” visa, como principal intuito, a divisão dos bens e a subsequente partilha pelos seus interessados, por outro lado, o “inventário-arrolamento” contrapõe-se àquele, uma vez que se destina exclusivamente a relacionar e a descrever bens que constituem o objeto da sucessão, tendo em vista a liquidação da herança.

Todavia, não é só no fim visado que ambas as funções divergem. Também no que diz respeito à forma, nos inventários que se destinem à descrição e relação de bens, em determinados aspetos, aplicam-se algumas disposições distintas dos “inventários-divisórios”. É o que se encontra regulado no disposto do n.º 2 do art. 2.º do RJPI, ao preceituar que “Ao inventário destinado à realização dos fins previstos na segunda parte do número anterior são aplicáveis as disposições da presente lei, com as necessárias adaptações.”.

Uma vez que o “inventário-divisório” e o “inventário-arrolamento” visam objetivos distintos, não poderiam ocorrer com o mesmo tipo de formalismo.

É nesta ideia que J. A. Lopes Cardoso se sustenta ao fundamentar que “O formalismo do inventário-arrolamento não é, nem pode ser, absolutamente idêntico ao do inventário-divisório, seja qual for a modalidade que esta revista. E basta considerar que o primeiro não objectiva a partilha, confinando-se na descrição, para se concluir deste jeito.”²¹. E acrescenta ainda “(...) os termos do inventário-arrolamento estão fixados pelo próprio fim a que visa: são os termos do processo de inventário na parte relativa à descrição e avaliação de bens. Quer dizer, este inventário termina com a descrição.”²².

Em suma, o processo de inventário não se resume a uma só finalidade. Abrange duas grandes funções: a primeira, destina-se a inventários que visam a partilha como o fim primordial, isto é, a pôr termo à comunhão hereditária e à extinção da comunhão dos bens do casal; a segunda, aplica-se a inventários que compreendem apenas a relação e descrição dos bens para que possam servir de base à liquidação da herança, conforme o n.º 1 da supramencionada norma legal.

²¹ Cfr. J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit I.*, p. 37.

²² *Idem*, p. 38.

1.3 – Competências e Natureza do processo de inventário

Com o atual RJPI, introduzido pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março, os processos de inventário passaram a correr os seus termos nos Cartórios Notariais, tal como se encontra previsto no disposto do art. 3.º do RJPI. O critério para aferir a competência territorial é o lugar da abertura da sucessão²³ que, de acordo com o art. 2031.º do CC, é o último domicílio do autor da sucessão, neste caso, do inventariado.

Nos termos do n.º 1 do art. 82.º do CC, designa-se que “A pessoa tem domicílio no lugar da sua residência habitual; se residir alternadamente em diversos lugares, tem-se por domiciliada em qualquer deles.”²⁴.

Porém, de outra opinião quanto a esta matéria, Neto Ferreirinha entende que o legislador deveria ter atribuído como critério da competência territorial o domicílio fiscal do cabeça de casal, uma vez que é a este que incumbe prestar o compromisso de honra e fornecer todos os elementos e documentos necessários ao processo. Sendo o lugar da abertura da sucessão o critério que afere a competência territorial do Cartório Notarial, nem sempre se torna acessível para o cabeça de casal deslocar-se ao Cartório onde correm os termos do processo, pois muitas das vezes a residência do mesmo não se encontra no concelho da última residência do inventariado²⁵.

Tal como já ficou demonstrado nos termos do n.º 1 da citada norma legal, é da competência dos Cartórios Notariais tramitar os processos de inventário por herança, aqueles que se encontrem sediados no município do lugar da abertura da sucessão.

Porém, relativamente aos processos de inventário em consequência de separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação de casamento, o Cartório Notarial territorialmente competente é aquele que se encontra sediado no município do lugar da casa morada de família²⁶ ou, na falta desta, no Cartório do município da situação dos

²³ Cfr. n.º 1 do art. 3.º do RJPI.

²⁴ O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 21 de junho de 2011, (Relator Pedro Brighton), proferido no proc. n.º 1491/04.6PCAMD, consultado em www.dgsi.pt, que “**Residência permanente** é o local onde está centrada a organização da vida individual, familiar e social do arrendatário com caráter de habitualidade e estabilidade, ou seja, a casa em que o arrendatário juntamente com o agregado familiar toma as suas refeições, dorme, desenvolve toda a sua vivência diária, familiar e social; local onde, de modo estável e continuado, se centra a actividade inerente à economia doméstica e familiar (...) Residência permanente é o mesmo que residência habitual, isto é, casa em que o indivíduo vive com estabilidade, em que tem instalada e organizada a sua economia.”.

²⁵ Vide NETO FERREIRINHA, *ob. cit.*, pp. 34-35.

²⁶ Vide Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, em 1 de março de 2005, (Relator Jaime Ferreira), proferido no proc. n.º 4220/04, consultado em www.dgsi.pt, que estabelece: “Como resulta da expressão “casa de morada de família”, uma qualquer casa só poderá ter essa dita qualificação quando for nela que habitualmente more ou habite a família, designadamente com os filhos, menores ou maiores, do casamento ou da união de facto, formando todos uma economia comum.”.

imóveis ou da maior parte deles ou ainda, na falta destes, no Cartório do município onde estiver a maior parte dos móveis²⁷.

Todavia, ainda que haja algum impedimento por parte do Notário de um Cartório Notarial (pense-se no caso de o próprio Notário ser algum interessado ou familiar de algum interessado no processo)²⁸, nos termos do n.º 2 do art. 3.º do RJPI, continua a ser “competente qualquer dos outros Cartórios Notariais sediados no município do lugar da abertura da sucessão”.

Ainda sobre a matéria de impedimentos e suspeições por parte do Notário, Sofia Henriques, no seu artigo *O Regime de Impedimentos e Suspeição do Notariado no Âmbito do Processo de Inventário*, expressa que embora o legislador não tenha previsto no novo RJPI nenhuma norma específica relativamente quanto a estas duas questões, não se pode referir que tais impedimentos e suspeições que se encontravam previstos para os magistrados judiciais, não sejam aplicados também aos Notários, dado que o art. 82.º do RJPI remete para o CPC que refere “em tudo o que não esteja especialmente regulado na presente lei”. Desta forma, aplicam-se os impedimentos e suspeições previstos no art. 115.º do CPC. A autora refere que “(...) tal remissão é suficiente para que se aplique, *mutatis mutandis*, o regime previsto para os magistrados judiciais no Código de Processo Civil.”²⁹.

Sofia Henriques coloca-nos ainda uma questão de extrema relevância: caso o Notário tenha lavrado o testamento ou outorgado a Habilitação de Herdeiros do inventariado no seu Cartório, ficará impedido de tramitar o processo de inventário?

Para conseguirmos responder a esta questão, temos de ter em conta a postura imparcial que os Notários acarretam ao exercerem as suas funções de atividade Notarial.

Ora, sempre que se lavre um Testamento ou uma Habilitação de Herdeiros, o Notário tem de respeitar sempre a vontade dos outorgantes, mantendo sempre a sua imparcialidade.

Ainda no mesmo sentido, Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, em 3 de dezembro de 2009, (Relatora Isabel Rocha), proferido no proc. n.º 4738/02.TBVCT.G1, consultado em www.dgsi.pt, que determina que “A casa de morada de família é o lugar onde a família cumpre as suas funções relativamente aos cônjuges e aos filhos, constituindo o centro da organização doméstica e social da comunidade familiar, não perdendo essa qualificação pelo simples facto de a família se ter desagregado e de a casa ter assim deixado de ser, de facto, a morada da família”.

²⁷ Cfr. n.º 6 do art. 3º do RJPI.

²⁸ Vide art. 5.º do Código de Notariado; art. 34.º dos Estatutos da Ordem dos Notários.

²⁹ Cfr. SOFIA HENRIQUES, *O Regime de Impedimentos e Suspeições do notário no âmbito do processo de inventário*, Julgar, 24, 2014, p. 133.

Neste sentido, atendendo às alíneas c) e d) do art. 115.º do CPC, a autora refere que “(...) o legislador não pretende que o julgador esteja de algum modo condicionado com anterior parecer que tenha dado ou anterior pronúncia, ainda que oral. Daqui podemos concluir que (...) não impede, por si só, que o notário que tenha exarado o testamento ou a escritura de habilitação de herdeiros possa tramitar o processo de inventário desse autor da sucessão, para onde são carreados tais documentos.”³⁰.

Porém, Sofia Henriques alerta para o facto de se ter que ponderar para as situações concretas e particulares, ao longo de todo o processo³¹.

No caso de não existir Cartório Notarial no município do lugar da abertura da sucessão, tal como preceitua o n.º 3 da norma *supracitada* “(...) é competente qualquer cartório de um dos municípios confinantes”.

Pode ainda suceder que o inventariado seja português, mas que a seu último domicílio tenha sido no estrangeiro. Para estas situações, em que ocorre a abertura da sucessão fora do país, há que ter conhecimento se o falecido deixou ou não bens em Portugal³².

Na hipótese de ser afirmativa, isto é, se o falecido tiver deixado bens em Portugal, a al. a) do n.º 5 da referida norma determina que é competente para a habilitação o Cartório Notarial do município da situação dos imóveis ou da maior parte deles, ou, na falta de imóveis, do município onde estiver a maior parte dos móveis.

Já na hipótese contrária, cujo falecido não tenha deixado bens em Portugal, segundo a al. b) do mesmo número do preceito legal, é competente para a habilitação o Cartório Notarial do domicílio do habilitando.

No que diz respeito à cumulação de inventários, existe ainda outra situação³³, isto é, estamos perante casos em que trata de heranças mais do que uma pessoa e que, consoante se verifique algum dos requisitos previstos no art. 18.º do RJPI³⁴, poder-se-á

³⁰ *Idem*, p. 135.

³¹ Para uma melhor perceção desta questão e de toda a matéria sobre os impedimentos e suspeições, vide SOFIA HENRIQUES, *ob. cit.*, pp. 131-142.

³² Cfr. al. a) e b) do n.º 5 do art. 3.º do RJPI.

³³ Cfr. art. 18.º do RJPI.

³⁴ Para uma melhor perceção dos requisitos do art. 18.º do RJPI, vide DOMINGOS CARVALHO DE SÁ, *Do Inventário 2014, Descrever, Avaliar e partir*, 7ª ed. Revista e actualizada, Coimbra, Livraria Almedina, 2014, pp.49-51.

requerer a cumulação de várias partilhas num só inventário³⁵, embora ao processo de inventário esteja relacionado o princípio da unidade do inventário³⁶.

Também nestes casos, impõem-se saber qual o Cartório Notarial territorialmente competente para tramitar o processo de inventário.

Atualmente, o RJPI é omissivo relativamente a esta matéria. O legislador não estabeleceu nenhum critério definido para a cumulação de inventários. Para tanto, como já aqui foi dito, em tudo o que não estiver regulado e previsto no RJPI, por força do art. 82.º, aplica-se subsidiariamente o CPC.

Todavia, o atual CPC não consagra nenhuma norma legal para esta questão. Parece, pois, que nos encontramos perante uma lacuna legislativa. Neste sentido, vejamos quais os critérios anteriormente aplicados que determinavam a competência territorial dos Tribunais para estes casos, de forma a que consigamos fazer uma interpretação extensiva ou que possamos recorrer pelos mesmos critérios por analogia.

J. A. Lopes Cardoso menciona que “Noutro trabalho enunciou-se a regra de que a competência se devia determinar pela do último inventário, aquele que fez salientar a necessidade de se proceder às partilhas das demais heranças. (...) Tal critério, porém, não tem sido seguido por o Supremo que (...) à competência, tem de observar-se a ordem da sucessão (...)”³⁷.

Porém, na anterior redação do CPC (1961), conforme o DL n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro, o legislador introduziu o n.º 4 do art. 77.º do CPC que estabelecia “No caso da cumulação de inventários, quando haja uma relação de dependência entre partilhas, é competente para todos eles o tribunal em que deva realizar-se a partilha de que as outras dependem; nos restantes casos, pode o requerente escolher qualquer dos tribunais que seja competente”³⁸.

Por outras palavras, o legislador, para os casos de cumulação de inventários, tinha estabelecido o Tribunal territorialmente competente como sendo aquele que deva realizar-se a partilha de que as outras dependem; já quanto aos demais casos, em que existem

³⁵ J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.*, p.192, refere que “(...) na cumulação de inventários pretende determinar-se a possibilidade de, *num único inventário*, partilhar várias heranças.”

³⁶ A propósito da alusão a este princípio, *Idem*, p. 191, menciona que “Em princípio, a unidade da herança e do domicílio do seu autor implicam a unidade de inventário, quer os bens existam todos no país do falecido (...) quer existam alguns ou até a maior parte em país estrangeiro.”

³⁷ *Idem*, *ob. cit.*, p. 168.

Quando refere “Noutro trabalho”, o autor faz uma nota de rodapé em que indica a obra *Processo de Inventário*, p. 107.

Na mais recente versão: A. LOPES CARDOSO (2015), p. 277.

³⁸ Norma revogada pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho.

heranças deixadas pelos dois cônjuges, não se atribuiu nenhuma preferência. O requerente podia escolher para qual o Tribunal é que intentava a cumulação de inventários.

Dado que ficou já salientado existir uma lacuna legislativa pelo facto do legislador nada referir quanto ao âmbito da competência territorial na cumulação dos inventários, quer no RJPI, quer na redação em vigor do CPC, e uma vez que a condição em que se baseia a cumulação de partilhas assenta na relação de dependência, parece-nos que se deva entender igualmente ao critério definido no revogado n.º 4 do art. 77.º do anterior CPC, com as necessárias adaptações, para que seja competente territorialmente o Cartório Notarial em que tenha ocorrido o falecimento daquele de que as outras partilhas dependem⁴.

Fixados os critérios para atribuir a competência territorial aos Cartórios Notariais (referidos *supra*), não raras as vezes, suscita-se a dúvida quanto aos municípios que tenham mais do que um Cartório. A título de exemplo, suponhamos que o lugar da abertura da sucessão do inventariado é em Lisboa. Como se sabe, e sendo esta cidade a capital de Portugal, tem naturalmente mais do que um Cartório.

Nestas circunstâncias, o requerente é livre na escolha do Cartório Notarial pelo qual quer requerer o processo de inventário. Não há nenhuma norma ou regra específica que limite a escolha do mesmo³⁹. A única ressalva que terá de ter em atenção é mesmo o critério pelo qual é aferido o Cartório territorialmente competente.

Para finalizarmos este tema relativo à competência dos Cartórios Notariais, coloca-se a hipótese no caso de um processo de inventário ter dado entrada no Cartório que não seja territorialmente competente. Consideremos a seguinte hipótese: o lugar da abertura da sucessão do inventariado é em Lisboa e um dos interessados, uma vez que reside no Porto, vem requerer o processo no Cartório deste município. *Quid iuris?*

Para estas situações, é fundamental perceber se o notário deverá ter ou não conhecimento oficioso relativamente a esta questão.

Uma vez mais, o RJPI mostra-se omissivo, tendo, por isso, de se recorrer subsidiariamente ao regime do atual CPC, *ex vi* do art. 82.º do RJPI.

O nosso CPC apresenta duas espécies de incompetência: a incompetência absoluta e a incompetência relativa. A primeira diz respeito às situações em que haja violação das

³⁹ A este propósito, ADALBERTO COSTA, *ob. cit.*, na nota 47, p. 38, afirma o seguinte: “Se à primeira vista a questão é pertinente, depois deixa de o ser, pois que, nada dizendo a lei, cabe a quem requer o inventário escolher o notário para o processo (...). A questão da escolha do notário (...) determinando a lei que é ou deve ser competente para conhecer do processo o notário do município onde se abriu a herança, é ao requerente do inventário que cabe a escolha do notário e não aos demais interessados (...).”.

regras de competência internacional, em razão da matéria e em razão da hierarquia⁴⁰. Segundo os n.ºs 1 e 2 do art. 97.º do mesmo diploma legal, esta incompetência tanto pode ser invocada pelas partes como ser conhecida oficiosamente pelo tribunal – ou seja, não requer que seja suscitada – até ao início da audiência final. Relativamente à segunda, esta refere-se à infração das regras relativas ao valor da causa, à divisão judicial do território ou às regras que decorrem da convenção prevista no art. 95.º do CPC⁴¹, que apenas pode ser arguida pelo réu, não sendo de conhecimento oficioso⁴², com exceção das situações previstas no art. 104.º do CPC, em que este tipo de incompetência (em razão do território) deverá ser conhecida oficiosamente pelo Tribunal.

Ora, estando perante uma incompetência territorial e por força do art. 82.º do RJPI, como se mencionou *supra*, aplicam-se os mesmos princípios, critérios e respetivas consequências que aos Tribunais, com as necessárias adaptações.

Com efeito, o disposto do art. 104.º do CPC alude aos casos em que é de conhecimento oficioso, mas somente àqueles que se encontram de forma taxativa na referida norma legal.

Dado que os processos objeto do nosso estudo não vêm estabelecidos em nenhuma das alíneas do mencionado artigo, aplica-se o preceituado art. 102.º do CPC, pelo que a incompetência territorial não é conhecida oficiosamente pelo notário e pode ser suscitada por qualquer interessado, no âmbito dos inventários⁴³.

Neste sentido, Eduardo Sousa Paiva e Helena Cabrita partilham da mesma premissa, cuja incompetência territorial não é de conhecimento oficioso, fundamentando através de idêntico raciocínio *supra* exposto: “Trata-se de matéria de incompetência territorial, que, por regra não é de conhecimento oficioso (...). Não existindo paridade entre a situação em apreciação e as exceções previstas no CPC, devem ser aplicadas à questão do não conhecimento oficioso da incompetência territorial as regras gerais, ainda que subsidiariamente.”⁴⁴.

⁴⁰ Cfr. art. 96.º do CPC 2013.

⁴¹ Cfr. arts. 102.º do CPC 2013.

⁴² Cfr. arts. 103.º do CPC 2013.

⁴³ Relativamente a esta matéria, DOMINGOS CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 52, defende que “De facto, apesar da nova redacção dada ao artigo 110.º, do revogado Código de Processo Civil, pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12/12, o processo de inventário não era nenhuma das acções nele previstas pelo que a incompetência relativa continua a não poder ser conhecida oficiosamente. O mesmo se passa na actualidade, face ao preceituado no artigo 104º do nosso Código de Processo Civil.”

⁴⁴ Cfr. EDUARDO SOUSA PAIVA e HELENA CABRITA, *Manual do Processo de Inventário à Luz do Novo Regime, aprovado pela Lei N.º 23/2013, de 5 de março e regulamentado pela portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, p. 19.

Todavia, A. Lopes Cardoso critica a posição tomada por aqueles dois autores ao considerar que se “esqueceram” de ver a questão por outra perspectiva. Sendo a incompetência territorial uma exceção dilatória (arts. 576.º, n.º 2 e 577.º, al. a) CPC), deve o tribunal conhecer oficiosamente, exceto (entre outras razões) aquando da incompetência relativa nos casos que não sejam abrangidos pelo art. 104.º do mesmo diploma legal (art. 578.º CPC).

Segundo este autor, deve-se atender à disposição do art. 578.º tendo em consideração o art. 104.º, n. 1, al a) CPC⁴⁵, dado que este preceito legal remete para os arts. 70.º e 71.º do CPC que aludem, respetivamente, à competência da situação de bens e do cumprimento da obrigação. Neste entendimento, A. Lopes Cardoso defende que se aplica por analogia estes critérios relativos à competência territorial nos processos de inventário, uma vez que se encontra estatuído o tribunal da situação de bens, assim como o direito de requerer o inventário exige o cumprimento das demais obrigações por parte dos interessados, considerando que esta incompetência relativa (em razão do território) encontra-se prevista no art. 104.º, n. º1, al a) do CPC, não sendo plausível pensar-se o oposto⁴⁶.

Ainda para justificar esta sua tese, o autor invoca o art. 71.º do CN que refere aos casos de nulidade, isto é, o n.º 1 da normal legal menciona que o ato é nulo se for lavrado por funcionário incompetente, em razão da matéria ou do lugar⁴⁷.

Nos termos das als. a) e b) do n. º1 do art. 173.º do CN, o notário deve recusar a praticar algum ato em que seja nulo ou que não caiba na competência do mesmo.

Neste sentido, A. Lopes Cardoso interpreta o conceito de “ato lavrado” num sentido amplo, em que a atividade notarial é aplicável também aos processos de inventário.

O nosso entendimento, como mencionámos *supra*, vai no sentido da maioria dos autores, isto é, que o notário não tem conhecimento oficioso para suscitar a questão da incompetência territorial, uma vez que os inventários não se encontram regulados no art. 104.º do CPC, aplicando-se o disposto do art. 102.º do mesmo código.

Na mesma linha de pensamento, NETO FERREIRINHA, *ob cit.*, nota 38, p. 119, defende com a mesma argumentação ao referir que “O notário não pode suscitar a incompetência em razão do território, porque o seu conhecimento oficioso só pode ocorrer nos casos indicados no art. 104º do CPC”.

⁴⁵ Cfr. art. 104º, nº1, al. a) do CPC

⁴⁶ Para uma melhor perceção da critica, *vide* A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.*, nota 795, p. 292.

⁴⁷ Cfr. n. º1 do art. 71.º do CN.

Salvo melhor opinião, não nos parece que a tese defendida por A. Lopes Cardoso faça sentido. Vejamos: relativamente à primeira alegação do autor, se o legislador quisesse, de facto, que a incompetência territorial em sede de processos de inventário fosse conhecida oficiosamente pelo notário (devidamente adaptado), teria constado expressamente numa das alíneas do preceito legal, e não através da analogia aplicada aos artigos aí mencionados, pois a própria dos inventários faz referência aos critérios aferidos pela competência territorial do cartório notarial (art. 3.º do RJPI). Logo, não se sente a necessidade de se aplicar subsidiariamente os artigos que atribuem os critérios para a competência do território em sede do Tribunal; quanto à segunda argumentação, é verdade que os processos de inventário ao “transferirem” a sua tramitação para os Cartórios Notariais, os notários adquiriram uma nova (e maior) competência. Contudo, o Código do Notariado diz respeito apenas e só aos atos notariais no seu sentido tradicional e restrito. Existe a Lei n.º 23/2013, de 5 de março, que regula e se destina exclusivamente a matéria dos inventários. Assim, as normas que se encontram estipuladas na presente lei são para ser aplicadas diretamente na matéria em causa. Quando o regime é omissivo, por força do art. 82.º, aplica-se subsidiariamente o CPC e respetiva legislação complementar, e não o Código do Notariado⁴⁸.

Ao contrário da hipótese *supra* exposta, pode acontecer que por requerimento um interessado suscite esta questão da incompetência territorial. Nestes casos, o interessado deverá fazer prova, cabendo ao notário aceitar a argumentação apresentada, remetendo o processo para o Cartório Notarial territorialmente competente, aplicando-se subsidiariamente o n.º 3 do art. 105.º do CPC, por força do art. 82.º do RJPI, dado que, como já referimos, o RJPI apresenta algumas lacunas, nomeadamente quanto a esta matéria.

O processo de inventário, como foi referido *supra*, já havia sido objeto de intervenção legislativa pela Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, que, embora não tenha produzido os seus efeitos, este diploma legal apareceu como uma das medidas de descongestionamento dos tribunais, previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007, de 6 de novembro.

Sendo certo que a Lei n.º 29/2009, de 29 de junho veio dar início ao processo da desjudicialização no âmbito dos processos de inventário, não é menos verdade que, numa

⁴⁸ Para uma melhor compreensão do que se entende por “Legislação complementar ao CPC”, vide NETO FERREIRINHA, *ob. cit.*, pp.11-12.

fase posterior, a Lei n.º 23/2013, de 5 de março que aprovou o novo RJPI⁴⁹ veio enraizar o conceito de desjudicialização, tendo o legislador atribuído aos cartórios notariais a competência para a tramitação dos processos em estudo, introduzindo um novo sujeito: o notário⁵⁰.

Não obstante, o processamento dos atos e os termos em que corre o inventário, incumbe também aos tribunais, desde que “(...) nos termos da presente lei, sejam da competência do juiz”, conforme está previsto no n.º 7 do art. 3.º do RJPI⁵¹.

Embora seja ao notário que caiba o papel, nas palavras de Adalberto Costa, “(...) de tomar as decisões no confronto dos interesses dos particulares que, por não estarem de acordo na partilha de bens, recorrem a uma entidade que, com as regras próprias do procedimento vai dirimir aquele desacordo.”⁵². A verdade é que “o ato essencial da partilha, a sua homologação, continua a ser um ato jurisdicional”⁵³.

Por outras palavras, é ao notário que compete iniciar e assumir, de uma forma geral, o processamento dos atos do processo de inventário. Porém, a lei atribui igualmente competência ao tribunal da Comarca do cartório notarial onde o processo foi apresentado⁵⁴ apenas em determinados e específicos atos. Com efeito, não descurando o facto dos juízes, ao longo de todos estes anos, possuírem uma vasta experiência com conhecimento mais profundo relativo a questões que a partilha por inventário (quer por herança, quer por divórcio) acarreta.

Note-se que há, então, uma intervenção excecional e limitada por parte do tribunal. A lei determina que os processos apenas são remetidos ao juiz quando, nomeadamente, suscitem questões de facto e de direito, que atendendo à sua natureza e complexidade, não possam ser decididas no processo pelo notário, remetendo as partes para os meios judiciais comuns até à decisão definitiva (art. 16.º n.º 1 do RJPI); conhecer os recursos que venham a ser interpostos da decisão dos notários (art. 16.º n.º 4 do RJPI)

⁴⁹ A Lei n.º 23/2013, aprovou o novo regime jurídico de processo de inventário, em cujo o n.º 1 do art. 6.º, revogou a Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, com exceção do disposto nos artigos 79.º, 82.º e 85.º e nos n.ºs 2 e 3 do art. 87.º, em que o conteúdo não respeita ao regime do inventário.

⁵⁰ Noutra perspetiva, o processo da desjudicialização ocorre com a revogação das anteriores normas processuais civis, originando, assim, um regime autónomo, aplicando-se subsidiariamente as regras constantes do Código de Processo Civil em vigor, (redação posterior a 1 de setembro de 2013, aprovada pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho) bem como a respetiva legislação complementar, segundo os termos do art. 82.º do RJPI, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

⁵¹ N.º 7 do Art. 3.º preceitua que “Compete ao tribunal da comarca do cartório notarial onde o processo foi apresentado a praticar os atos que, nos termos da presente lei, sejam da competência do juiz.”.

⁵² Cfr. ADALBERTO COSTA, *ob. cit.*, p.37.

⁵³ EDUARDO SOUSA PAIVA E HELENA CABRITA, *ob. cit.*, prefácio, p. 5.

⁵⁴ Cfr. n.º 7 do art. 3.º do RJPI.

⁵⁵; decidir a impugnação que decorre do despacho determinativo da forma da partilha (art. 57.º, n.º 4 do RJPI); decidir a homologação da partilha (art. 66.º do RJPI); designar o cargo de cabeça de casal no caso de todas as pessoas que constam no art. 2080º do CC se tenham escusado ou tenham sido removidas (art. 2083.º do CC), decidir quanto à questão do sigilo bancário⁵⁶ e, por fim, decidir da reclamação da nota final dos honorários (art. 24.º, n.º 2 da Portaria 278/2013, de 26 de agosto).

Deste modo, após a análise ao regime da competência que é atribuída no RJPI, constatamos que o modelo de desjudicialização é em termos parciais, dado que, embora a lei reserve alguns atos processuais (referidos *supra*) ao tribunal, a tramitação dos processos de inventário corre primacialmente nos cartórios notariais, retirando, assim, a competência substancial e exclusiva àquela Entidade do Estado, prevista pela anterior redação do CPC, por força do revogado anterior art. 77.º do CPC⁵⁷.

Tendo em consideração ao que já foi dito - ou melhor, escrito - até agora, podemos afirmar que o processo de inventário caracteriza-se por ser de natureza mista ou complexa⁵⁸.

Tem-se entendido que estes processos ora contém um procedimento administrativo ou gracioso ora um procedimento contencioso ou jurisdicional.

Dito por outras palavras, se por um lado os processos em causa passaram a correr os seus termos nos Cartórios Notariais, tramitados pelas “mãos” do notário (de natureza administrativa), por outro lado, alguns dos atos processuais continuam a ser dirimidos pelos Tribunais, na medida em que a intervenção do juiz é necessária para decidir não só

⁵⁵ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, em 20 de junho de 2016, (Relator Moreira do Carmo), proferido no proc. n.º 109/17.1YRCBR, consultado em www.dgsi.pt, que refere “No processo de inventário, é da competência do tribunal da 1ª instância o recurso das decisões do Notário”.

⁵⁶ Sobre esta matéria o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, em 22 de maio de 2017, (Relatora Ana Paula Amorim) proferido no proc. n.º JTRP000, consultado em www.dgsi.pt, defende que “Constitui matéria da competência do Notário solicitar as informações bancárias requeridas pelo cabeça-de-casal e notificar o titular da conta para as prestar ou notificar para autorizar que as instituições bancárias as prestem, ao abrigo do disposto no art.27º/1 RJPI. Perante a escusa das entidades bancárias em fornecer tais informações, pelo Notário ou a requerimento das partes, deve o processo ser remetido ao juiz competente, nos termos do art. 3º RJPI, para apreciar da legitimidade da escusa e para promover o incidente de dispensa de sigilo bancário, nos termos das disposições conjugadas do art. 16º/1, art. 417º CPC e art. 135ºCPP, por remissão do art. 82º RJPI. (...) No domínio do regime jurídico do processo de inventário constitui matéria da competência do juiz avaliar da legitimidade da escusa e da necessidade de despoletar o incidente de dispensa de sigilo, porque a lei apenas atribui esse poder de decisão ao juiz por estar em causa a tutela da reserva da vida privada e a proteção de dados pessoais, matéria que contende com a tutela dos direitos, liberdades e garantias. (...)”.

⁵⁷ Cfr. art. 6.º, n.º 2 da Lei 23/2013, de 5 de março.

⁵⁸ Sobre a natureza mista, vide DOMINGOS CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 27; ADALBERTO COSTA, *ob. cit.*, p. 33

alguns incidentes que vão surgindo ao longo do processo, como questões que o legislador não permite que seja o notário a decidir, como também proferir a sentença homologatória da partilha (natureza contenciosa).

CAPÍTULO II

2 – A legitimidade nos processos de inventário

Feito um primeiro enquadramento dos processos de inventário ao abrigo da Lei n.º 23/2013, de 5 de março, que aprovou um novo Regime Jurídico do Processo de Inventário, importa agora indagar o que se depreende por “legitimidade”.

Numa primeira abordagem principiaremos por explicar o pressuposto da legitimidade no processo civil para, posteriormente, analisarmos o mesmo conceito no âmbito dos processos de inventário.

É inevitável que se faça este termo de comparação entre a legitimidade nos processos de inventário e no processo declarativo civil comum, visto que, como referimos anteriormente, até à publicação da Lei n.º 23/2013, de 5 de março⁵⁹, o RJPI esteve sempre previsto no CPC⁶⁰. Daí que, tendo este regime jurídico do processo de inventário absorvido muitas das normas que antes constavam no CPC, haverá que enquadrar a legitimidade nesse âmbito.

2.1 – A legitimidade no processo civil

A terminologia relativa à legitimidade, tal como Manuel de Andrade nos ensina “Corresponde à antiga *Legitimatío ad causam*. Na Itália chama-se-lhe legitimação, falando-se também, por vezes, em qualidade para agir (ou contradizer).”⁶¹.

O conceito de legitimidade encontra-se previsto no artigo 30.º do atual Código de Processo Civil. O seu número um preceitua que: “o autor é parte legítima quando tem interesse direto em demandar; o réu é parte legítima quando tem interesse direto em contradizer.”

O critério para aferir a legitimidade das partes no processo civil é o interesse direto, isto é, o autor só poderá propor a ação e o réu contradizer se forem sujeitos de uma relação materialmente controvertida, tendo as partes que ter um interesse direto no processo.

⁵⁹ Cfr. art. 6.º (Norma Revogatória) da Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

⁶⁰ Já desde os tempos do CPC de 1876, aprovado pela Carta de Lei de 8 de novembro de 1876, que a codificação dos processos de inventário se encontrava inserida na Secção XXXIX (arts. 669.º a 776.º).

⁶¹ Cf. MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 1979, p. 83.

Neste sentido, a legitimidade é apreciada e determinada pela utilidade que da procedência ou improcedência da ação possa derivar para as partes, face aos termos em que o autor configura o seu direito invocado e a posição que as partes assumem na relação jurídica, tal como apresentada pelo autor.

O conceito de legitimidade ficou marcado historicamente pela clássica polémica entre José Alberto dos Reis e Barbosa de Magalhães, que gerou duas posições doutrinárias antagónicas relativamente a este pressuposto processual relativo às partes. Para ambos os autores, o critério pelo qual se aferia o requisito de legitimidade era as partes serem os sujeitos da relação controvertida. Todavia, a discordância estava no modo como atendiam à relação jurídica.

De forma sintética, vejamos o pensamento de cada um destes ilustres processualistas:

José Alberto dos Reis defendia que a legitimidade era definida pela relação jurídica submetida à apreciação do tribunal, sendo legítima a parte que efetivamente fosse titular dessa relação jurídica. Perante um determinado litígio, um conflito de interesses, a questão que se colocava era: qual a posição das partes em relação a esse litígio? São titulares dessa relação conflituosa?

Para este mesmo autor, saber determinar a titularidade do direito (autor) e da obrigação (réu) é a verdadeira questão da legitimidade. Se existe ou não direito é uma questão de fundo. Assim, a legitimidade decorria de uma determinada posição das partes em face da relação material.

Portanto, o critério exigido para o pressuposto processual em estudo consistia em as partes serem, efetivamente, os sujeitos da relação jurídica controvertida. Haveria que se atender à relação jurídica real, tal como se formou, sob pena de ilegitimidade.

A consequência era a absolvição da instância, por não ser titular efetivo da relação jurídica material, tal como ela na realidade se configurava.

No sentido inverso, Barbosa de Magalhães considerava que a legitimidade era aferida pela pretensa relação material controvertida, tal como configurada pelo autor. A relação jurídica controvertida relevante para aferir a legitimidade assentava nos factos alegados pelo autor e não nos factos que o tribunal desse como provados. De outro modo, só após a sentença seria possível aferir a legitimidade, por só nessa altura se fixar a relação jurídica controvertida e se conseguir perceber quem são os seus sujeitos.

A relação controvertida relevante é a que decorre da versão dos factos alegados pelo autor na petição inicial, para sustentar o direito de que se arroga.

A ilegitimidade processual apenas pode ser suscitada pelo réu ou conhecida oficiosamente pelo tribunal, nos casos em que o autor convoca para o processo pessoas que não são as que expõe como sujeitos da relação material controvertida. Quando tal sucede, há absolvição do réu da instância, por ilegitimidade. Já se o autor na história fáctica que apresenta na sua petição inicial, refere o réu como titular da relação jurídica que é objeto do processo, mas no decurso do mesmo se prova que tal não corresponde à verdade, o problema já não será de ilegitimidade processual, mas sim de absolvição do réu do pedido, por ser julgado improcedente quanto àquele réu.

Concluimos, assim, que Alberto dos Reis atende à relação jurídica real tal como se formou, enquanto que Barbosa de Magalhães atende à relação jurídica tal como o autor a apresenta e configura na sua petição inicial.

Tanto na doutrina como na jurisprudência prevaleceu a tese de Barbosa de Magalhães, permitindo extremar com mais clareza o que pertence à relação processual e o que é do foro da relação substantiva.

O legislador acabou por tomar, de forma expressa, posição sobre a “*vexata questio*” relativamente ao critério que determina a legitimidade das partes, aderindo à posição doutrinária de Barbosa de Magalhães.

Carecendo a parte de legitimidade processual, o tribunal abstém-se de conhecer do mérito da causa, por se estar perante exceção dilatório, que conduz à absolvição do réu da instância⁶².

J. A. Lopes Cardoso defende que o critério utilizado para aferir a legitimidade nos processos comuns também deveria estar presente nos processos de inventário⁶³. Para este autor, o facto de se “ter ou não interesse directo na partilha é que comanda a legitimidade a requerer e «(...) sem necessidade de preceito legal expresse» (...)”⁶⁴.

⁶² Vide Arts. 576, nº 2; 577º, nº 1 al. e) e 278º, nº1 al. c), todos do CPC de 2013.

⁶³ J. A. LOPES CARDOSO defende na sua *ob. cit.*, p.177, que “(...) a legitimidade para requerer o inventário devia aferir-se pela regra comum e geral que o Código de 1939 estabelecia no seu art. 27.º, equivalente ao art. 26.º da lei processual em vigor.”.

Atendendo à data da obra (1990), na parte em que o autor refere “equivalente ao art. 26.º da lei processual em vigor”, obviamente que estaria a dirigir-se para o Código de Processo Civil de 1961, antes da Reforma datada de 1 de setembro de 2013. Atualmente a remissão em causa seria para o art. 30.º do CPC.

⁶⁴ *Idem*, p. 177.

Nesta linha de raciocínio, dado que o CPC de 1961 aferia a legitimidade nos processos de inventário pelo critério geral estabelecido para os processos civis comuns, critério esse contido no seu então art. 26.º, também podemos aplicar a regra da legitimidade processual civil nos processos de inventário, por força da remissão constante do art. 82.º do RJPI. O facto do processo de inventário ter sido retirado do atual CPC não exclui a aplicabilidade das normas do CPC para integrar matérias não contidas no RJPI.

Deste modo, o art. 4.º do RJPI concretiza a legitimidade, adaptando o art. 30.º do atual CPC ao processo de inventário e às suas especificidades. Por outras palavras, nos processos de inventário a legitimidade é aferida pela utilidade do processo que possa derivar para os interessados, face aos termos em que o “interessado requerente” invoca o seu direito e a posição dos demais interessados, tal como aquele a apresentou no requerimento.

Com efeito, o conceito de legitimidade nos processos de inventário, determinado no art. 4.º do RJPI, necessita das devidas adaptações face aos processos comuns, dado que aqueles processos são conhecidos pela sua natureza especial, na medida em que não seguem a tramitação comum devido à peculiar finalidade e estrutura em relação às ações civis.

Neste sentido, tal como afirma José Alberto dos Reis, o processo de inventário caracteriza-se como sendo “um processo contencioso de feição particular (...) não há dúvida que a fisionomia do processo de inventário é bastante diversa da fisionomia geral das acções declarativas. Ao passo que nestas acções há autor e réu e todo o litígio se traduz no antagonismo e luta entre estas duas entidades, no inventário não aparecem os dois opositores típicos – autor e réu. No processo de inventário há interessados principais (cabeça de casal, herdeiros, meeiro) e interessados secundários (legatários e credores); mas faltam as duas figuras características de autor e réu. O inventário (...) não tem a significação e o alcance dum ataque dirigido contra certo adversário (...)”⁶⁵.

Efetivamente, como já tivemos oportunidade de verificar, o processo de inventário destina-se a por termo à comunhão, quer hereditária quer conjugal, isto é, partilhar o património que constitui o acervo hereditário ou que integra o património comum do casal ou ex-casal, quando se trata, respetivamente, de inventário por herança ou inventário subsequente a separação ou divórcio. Até então, como também já foi referido no Capítulo I, a herança ou o património conjugal encontram-se indivisos, ou seja, são patrimónios

⁶⁵ Vide JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Processos Especiais II*, Reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 1982, p.380-381.

autónomos, em que todos os herdeiros, em conjunto, ou ambos os cônjuges ou ex-cônjuges são titulares daquele património, não tendo ainda sido determinados os bens ou direitos que preenchem a quota-parte que cabe a cada um deles, mediante partilha⁶⁶.

Nesta linha de raciocínio, quando o interessado recorre a este tipo de processo, apresentando presencialmente o requerimento inicial junto do Cartório Notarial ou por via eletrónica através da plataforma dos inventários, pretende que esse património autónomo não se mantenha indiviso, uma vez que o interessado tem direito à sua quota hereditária que incide sobre todos os bens ou direitos que compõem aquele património hereditário. Dito por outras palavras, o interessado deseja que o património autónomo do *de cuius* seja partilhado, para que fiquem definidos os bens que integram a quota hereditária que lhe cabe na partilha. O facto de o interessado querer ver partilhado a herança do falecido não é apenas um “capricho” ou um desejo, mas sim um direito que assiste a cada um dos herdeiros. Com efeito, de acordo com o n.º 1 do art. 2101.º do CC “Qualquer co-herdeiro ou cônjuge meeiro tem o direito de exigir partilha quando lhe aprouver”⁶⁷. A presente disposição estatui o direito que qualquer co-herdeiro ou o cônjuge meeiro detêm para exigir a partilha, obrigando ao término da indivisão dos bens que façam parte do património autónomo do *de cuius*.

O direito de partilhar, como resulta da primeira parte do n.º 2 da presente norma, é irrenunciável, sendo que qualquer convenção em contrário é, portanto, nula (art. 294.º do CC). O nosso legislador não olha com bom agrado para os casos da herança indivisa, quando o património do falecido se mantém em comunhão hereditária, dado que estas circunstâncias de indivisão de bens podem perpetuar-se no tempo, originando conflitos e lutas entre os co-herdeiros⁶⁸, e levar à degradação do património.

Todavia, a segunda parte do n.º 2 do mesmo preceito legal, admite que os interessados possam convencionar que o património hereditário se conserve indiviso por

⁶⁶ Vide CRISTINA ARAÚJO DIAS, *Lições de Direito das Sucessões*, Coimbra, Almedina, 2010, p.150, que refere “Qualificando a herança como um património colectivo e autónomo, o meio para fazer cessar a situação de indivisão é a partilha.”

⁶⁷ A expressão “quando lhe aprouver” revela que estamos perante um direito imprescritível, uma vez que não existe prazo para a contagem da prescrição (art. 298.º do CC). É neste sentido que o direito de exigir a partilha concebido a qualquer co-herdeiro ou cônjuge meeiro pode ser requerido a todo o momento, desde que seja posterior à abertura e a aceitação da sucessão, naturalmente.

⁶⁸ Invocando este argumento para a proibição de renunciar ao direito de partilhar, v. CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. II*, p. 129.

certo prazo, desde que não exceda cinco anos, podendo renovar este prazo uma ou mais vezes, por nova convenção⁶⁹.

Porém, este direito não só se traduz na vontade de um dos interessados pretender cessar a comunhão hereditária, como afetará a posição dos demais co-herdeiros.

A este propósito e segundo Pires de Lima e Antunes Varela, em comentário ao Código Civil, referem que “(...) qualquer dos co-herdeiros ou o próprio cônjuge meeiro pode impor a partilha ou a divisão a todos os demais, mesmo que eles constituam maioria. E por isso mesmo o pedido de partilha se há-de considerar como deduzido contra a colectividade dos co-herdeiros (em regime de litisconsórcio necessário) e não apenas contra os co-herdeiros *uti singuli* (...)”⁷⁰.

Através das anotações proferidas pelos autores acima mencionados, em que os co-herdeiros e o cônjuge meeiro gozam do direito de exigir a partilha a todos os demais co-herdeiros (e não especificamente a cada um na sua individualidade), constatamos que é evidente que os processos de inventário se dirigem a todos os interessados⁷¹ (veremos mais adiante em que é que consiste este conceito) que façam parte do acervo a partilhar, não se destinando contra certo e determinado indivíduo.

Contudo, a doutrina de Alberto dos Reis que aludimos *supra* só se aplica quando na partilha existam co-herdeiros, isto é, como a própria palavra indica, dois ou mais herdeiros que sejam chamados e que tenham aceite a sucessão do *de cuius*⁷².

Percebe-se por que assim acontece, uma vez que existindo uma pluralidade de interessados, a imposição de partilhar é sempre contra todos os demais co-herdeiros⁷³.

Ora, nos casos em que ocorra inventário em consequência de divórcio, de separação e separação de bens em casos especiais (art. 81.º do RJPI) ou inventário por herança em que simplesmente haja um herdeiro e o cônjuge meeiro (por exemplo, o cônjuge sobrevivente e o filho do inventariado), parece só haver dois interessados, duas

⁶⁹ Sobre o facto de manter a indivisão de bens para sempre, vide CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. II*, p. 130, nota 774. ; e OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Civil Sucessões*, 4.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 540.

⁷⁰ Vide PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado VI*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998, nota 4, p.165.

⁷¹ Neste sentido, v. CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. II*, p. 125.

⁷² A definição de “co-herdeiros” foi retirada da *ob. cit. II*, CAPELO DE SOUSA p.126 e nota 765 na mesma página.

⁷³ OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, pp.539-540, menciona na sua obra que o “modo típico de se pôr termo à indivisão é a partilha. (...). Sobre cada bem passam a recair, em comunhão, os direitos dos vários sujeitos, e tudo se regula daí por adiante pelos princípios desta. (...) se vários quinhões se concentram num único herdeiro, *inter vivos* ou *mortis causa*, finda a indivisão e todavia não houve partilha.”.

“entidades”, tal como nos processos civis declarativos, em que o pedido é deduzido contra uma só pessoa, contra certo e determinado adversário.

Tirando estas situações excepcionais, o conflito de interesses patente nos processos de inventário ocorre entre todos os interessados e não incide apenas sobre o “autor” e o “réu”, uma vez que, pelas razões acima expostas, aqueles gozam do direito de exigir a partilha sob os demais co-herdeiros, sendo este um direito irrenunciável.

Com efeito, embora a formulação do art. 30.º do atual CPC seja um pouco distinto do art. 4.º do RJPI, como veremos *infra*, o critério do interesse direto aplica-se à legitimidade nos inventários, visto que esta regra, sendo ela geral ou comum a todos os processos, naturalmente, também se encontra presente nos processos de inventário, ainda que corra os seus termos no Cartório Notarial⁷⁴.

Em síntese, apesar dos processos de inventário serem, como mencionámos acima, processos especiais devido à sua peculiar finalidade e estrutura, também o critério para aferir a legitimidade não tem que ser necessariamente de cariz especial em relação aos processos comuns.

2.2 – A legitimidade no processo de inventário

A legitimidade nos processos de inventário encontra-se estabelecida no art. 4.º do RJPI, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

Deste preceito legal decorrem duas grandes categorias de pessoas com legitimidade para requerer o processo de inventário: por um lado, como decorre da al. a) do n.º 1 do art. 4.º, os interessados diretos na partilha; por outro, como consta da al. b) da mesma disposição, quem exerce as responsabilidades parentais, o tutor ou o curador, consoante os casos, quando a herança seja deferida a incapazes ou a ausentes em parte incerta.

Do n.º 2 do mesmo artigo retira-se que, existindo herdeiros legitimários, são admitidos a intervir, no processo de inventário, os legatários e os donatários, nos atos que possam refletir-se no cálculo ou determinação da legítima e implicar eventual redução das respetivas liberalidades.

Por fim, o n.º 3 da mesma disposição legal, prevê que os credores da herança e os legatários do mesmo modo possam intervir no processo, mas apenas nas questões relativas à verificação e satisfação dos seus direitos.

⁷⁴ No mesmo sentido, DOMINGOS CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, pp. 41-42.

O referido artigo inspirou-se no art. 1327.º do CPC de 1961, revogado em 2013, tendo sido introduzidas algumas alterações⁷⁵. Na anterior redação do CPC, o n.º 2 do seu art. 1326.º determinava que “o inventário pode ser requerido pelas pessoas directamente interessadas na partilha e deve ser requerido pelo Ministério Público quando seja obrigatório.”.

Por sua vez, o n.º 1 do extinto art. 1327.º do revogado CPC estabelecia que “Têm legitim

idade para requerer que se proceda a inventário e para nele intervirem, como partes principais, em todos os actos e termos do processo:

- a) Os interessados directos na partilha;
- b) O Ministério Público, quando a herança seja deferida a incapazes, ausentes em parte incerta ou pessoas colectivas.”.

A redação no disposto do n.º 2 ainda se mantém no regime atual.

O n.º 3 do mesmo preceito legal foi copiado para o n.º 3 do art. 4.º do RJPI, salvo quanto ao Ministério Público a quem competia a representação e defesa dos interesses da Fazenda Pública⁷⁶.

Com efeito, se por um lado o disposto no art. 1326.º do antigo CPC estabelecia em termos genéricos quem é que podia requerer o inventário, por outro, o preceito legal seguinte concretizava quem é que poderia requerer o inventário, definindo quem é que seriam os interessados, circunscrevendo-os em dois grupos, bem como quem é que nele podia intervir⁷⁷.

Constatamos, assim, que o art. 4.º do atual RJPI tem as suas raízes nas disposições dos extintos artigos *supramencionados* da anterior redação do CPC.

⁷⁵ No íterim, a Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, que não chegou a produzir efeitos, continha no seu regime o art. 5.º, donde constava a legitimidade para requerer ou para intervir, correspondendo, com pequenas alterações, ao atual art. 4.º do RJPI, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

⁷⁶ Tal defesa dos interesses da Fazenda Pública passou agora a constar do n.º 2 do art. 5.º RJPI.

⁷⁷ Neste sentido, A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.*, nota 802, pp.298-299, afirma que “O disposto no art. 1327.º procura definir e delimitar, em termos genéricos, o âmbito da legitimidade de cada categoria de interessados no inventário, ultrapassando o casuísmo actualmente vigente, traduzido em definir, a propósito de cada acto, fase ou diligência. (...) daí que o art. 1326.º-2 e outros tivessem sido suprimidos e o art. 1327.º lhes tivesse tomado o passo distinguindo entre partes principais e partes acessórias, conferindo àquelas (interessados diretos na partilha) e Ministério Público (...) legitimidade para requerer que se procedesse a inventário e para nele intervirem, em actos e termos do processo (...)”.

2.2.1 – Legitimidade para requerer e para intervir

Sendo a legitimidade a qualidade para agir no processo, tanto pode referir-se à legitimidade para requerer como à legitimidade para intervir.

Do artigo 4.º do RJPI resultam claramente dois tipos de legitimidade: a legitimidade para requerer, que decorre do seu n.º 1, e a legitimidade para intervir no processo que se retira dos n.ºs 2 e 3 da mesma norma.

O referido artigo distingue no processo de inventário a intervenção da parte principal, ou seja, uma intervenção para todos os atos e termos no processo, da intervenção da parte acessória, isto é, uma intervenção para fins específicos, conferindo a alguns interessados, que a lei indica, a intervenção em determinados momentos no inventário⁷⁸.

Assim, a legitimidade para requerer pressupõe a possibilidade de iniciar o processo de inventário e participar em todos os seus atos e termos. Diferentemente, a legitimidade para intervir não confere ao seu titular o direito de encetar o processo, mas apenas a prerrogativa de participar no processo, em determinados atos cujas finalidades visem acautelar um direito que em termos substantivos detenham.

Em traços gerais, têm legitimidade para apenas intervir no processo os legatários, os donatários e os credores da herança. Tais interessados não podem requerer o processo de inventário, seja porque já recebem bens concretos e não carecem de partilha para a sua concretização, seja porque apenas têm direito a precaver-se de uma eventual redução por inoficiosidade de liberalidades que lhe tenham sido feitas pelo autor da sucessão.

Neste sentido, o legislador também quis conceder legitimidade a tais pessoas, mas de forma muito delimitada, uma vez que no caso dos legatários e donatários são admitidos a intervir apenas nos atos suscetíveis de influírem no cálculo ou na determinação da legítima e nas eventuais reduções das liberalidades. Já quanto aos credores e legatários, do mesmo modo, só são admitidos a intervir mas agora no que diz respeito a questões relativas à verificação e satisfação dos seus direitos.

Deste modo, só é possível que os legatários, os donatários ou os credores venham a intervir nos inventários apenas nas circunstâncias previstas pelos n.ºs 2 e 3 do art. 4.º do RJPI.

Destarte, não sendo uma intervenção inicial, estamos perante uma intervenção como parte acessória.

⁷⁸ Cfr. DOMINGOS CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 42.

O critério legal para distinguir o herdeiro e o legatário assenta na determinação ou indeterminação dos bens hereditários⁷⁹, ou seja, enquanto o herdeiro sucede em bens que não estejam previamente determinados, de forma a que o seu direito abranja quer a totalidade da herança quer uma quota parte da mesma, o legatário sucede em certos e determinados bens ou valores, excluindo todos os demais bens que constituem a sucessão do *de cuius*⁸⁰.

Segundo Duarte Pinheiro e na senda do veiculado por Pamplona Corte-Real, o critério que o legislador recorreu é qualitativo e não quantitativo⁸¹, visto que a qualidade do legatário é conferida àquele que sucede em bens ou valores certos e determinados.

Por conseguinte, o legado caracteriza-se pela determinação e especificação dos bens ou valores que constituem a sucessão do falecido.

Verificamos, assim, que estamos perante a figura do legatário quando uma determinada pessoa é chamada a suceder em bens certos e determinados, excluindo todos os demais que constituem a herança do *de cuius*. E por que assim acontece, o legatário só terá direito a receber aqueles mesmos bens ou valores concretos que o autor da herança deixou em testamento⁸².

Neste sentido, segundo Capelo de Sousa, o legatário não poderá vir exigir a partilha, dado que ao suceder em valores ou bens certos e determinados apenas terá direito a receber aqueles mesmos bens⁸³.

Neste caso, para o mesmo autor, quando hajam vários legatários a concorrer para o mesmo bem certo e determinado, o que eles podem exigir é divisão de coisa comum,

⁷⁹ PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit.*, p.26, sobre este assunto anotam “Com efeito, a distinção *normativa* (não puramente *conceitual*) entre *herdeiro* e *legatário* acabou por ter como base o critério formal de que partia o (art. 5.º do) *Anteprojecto* de Galvão Telles: a *indeterminação* ou a *determinação* dos bens da herança a que o sucessor é chamado (...)”.

⁸⁰ Cfr. CRISTINA ARAÚJO DIAS, *ob. cit.*, p. 62.

⁸¹ No mesmo sentido, CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL, *Curso de Direito das Sucessões*, Quid Iuris, Lisboa, Sociedade Editora Lda, 2012, p.118, tece algumas considerações relativamente ao art. 2030.º do CC, mencionando sobre esta matéria que “O Herdeiro não é o que recebe muito e legatário o que recebe pouco: a cada passo se dá o inverso (...). Daí a superioridade da fórmula qualitativa do projeto – sucessão na universalidade dos bens ou numa sua quota – à fórmula quantitativa do Código – sucessão na totalidade do património ou numa sua quota.”.

⁸² Ainda que o testador tenha dado uma qualificação aos seus sucessíveis distinta daquela que é aferida pelo disposto no n.º 2 do art. 2030.º do CC (por exemplo, quando o testador deixa o remanescente da herança e qualifica no seu testamento como sendo legatário), tal qualificação não vincula, pois o estatuto de herdeiro ou legatário decorre da lei (cfr. n.º 5 da mesma norma legal).

Para uma melhor análise do n.º 5 do art. 2030.º do CC, vide OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, pp. 277-278; PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit.*, p.27.

⁸³ Vide CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. I*, p. 87.

através de ação judicial especialmente intentada para o efeito, pois encontramos-nos perante uma situação de compropriedade⁸⁴.

Também Eduardo Sousa Paiva e Helena Cabrita partilham do mesmo entendimento que o autor *supramencionado*, no sentido em que os legatários não têm legitimidade para requerer o inventário. Porém, fundamentam esta premissa atendendo ao art. 2265.º do CC⁸⁵. Nesta perspetiva, uma vez que o cumprimento do legado pode caber a um ou mais herdeiros ou legatários, estes dois autores entendem que o facto do legatário já ter recebido um bem certo e determinado que o *de cuius* lhe deixou em testamento, não será necessário realizar a partilha para vir definir e receber o legado.

Deste modo, não havendo necessidade de exigir a partilha, não têm legitimidade para requerer o inventário⁸⁶.

Nestas situações, os legatários poderão lançar mão de uma ação comum contra os herdeiros ou legatários a quem compete cumprir o legado⁸⁷.

Quanto à figura do donatário tem em termos de legitimidade uma posição similar à do legatário. De acordo com o disposto do art. 940.º do CC a “Doação é o contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente.”. Ora, quando se celebra um contrato de doação⁸⁸, o donatário adquire gratuitamente uma coisa ou um direito (e respetivas obrigações), que proveio do património do doador, ficando a integrar o seu património de imediato e não apenas após a morte do doador.

⁸⁴ *Idem*, p. 87.

⁸⁵ Ora, a presente norma legal no n.º 1 estabelece que “Na falta de disposição em contrário, o cumprimento do legado incumbe aos herdeiros.” Já o n.º 2 determina que “O testador pode, todavia, impor o cumprimento só a algum ou alguns dos herdeiros, ou a algum ou alguns dos legatários.”.

⁸⁶ Sobre este assunto, *vide* Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, em 26 de janeiro de 2017, (Relatora Florbela Lança), proferido no proc. n.º 687/12.1TBABT, consultado em www.dgsi.pt, que alegou “O legatário não tem legitimidade para requerer o inventário, porque não recebe uma fracção abstracta do património hereditário, antes sucede em bens certos e determinados, competindo-lhe, *in casu*, reclamar o cumprimento do legado, recorrendo aos meios comuns.”.

⁸⁷ *Vide* EDUARDO SOUSA E PAIVA E HELENA CABRITA, *ob. cit.*, p.54.

No mesmo sentido, Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa em 17 de abril de 2007, (Relator Luís Espírito Santo), proferido no proc. n.º 710/2007-7, consultado em www.dgsi.pt, em que alegam que “O direito de exigir partilha cabe ao herdeiro, não ao legatário pois este recebe uma fracção abstracta da universalidade, mas bens determinados (ver artigo 2065.º do Código Civil de 1867, artigo 2101.º, n.º 1 do Código Civil de 1966). (...) Não se altera o referido entendimento quando todo o património hereditário foi dividido em legados. (...) O meio processual adequado para se pôr termos à indivisão criada por via da distribuição do património hereditário em legados é a acção de divisão de coisa comum (artigo 1052.º do Código de Processo Civil).”.

Ainda, *Vide* Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, em 3 de novembro de 2009, (Relator Jorge Arcanjo), proferido no proc. n.º 509/08.8TBCNT.C1, consultado em www.dgsi.pt.

⁸⁸ Cfr. art. 947.º do CC.

Deste modo, aquando da celebração do contrato da doação, o bem certo e determinado ingressa na esfera jurídica do donatário⁸⁹, não carecendo, por isso, de qualquer partilha *a posteriori*. Uma vez que já recebeu os bens e os mesmos já foram definidos pelo autor da herança em vida, este não poderá exigir a partilha.

Para além deste fundamento, acresce ainda a disposição contida no n.º 2 do art. 2087.º do CC, que nos diz que “Os bens doados em vida pelo autor da sucessão não se consideram hereditários e continuam a ser administrados pelo donatário.”.

Verificamos, assim, que os bens doados que o donatário recebe pelo doador não integram o *relictum*, sendo apenas contabilizados em termos sucessórios caso haja herdeiros legitimários, nos termos do art. 2162.º do CC.

Logo, é por estas razões que o donatário também carece de legitimidade para requerer o inventário.

Por fim, relativamente aos credores da herança, estes também só podem vir a intervir no inventário e não requerer o mesmo, visto que, de acordo com o n.º 1 do art. 2091.º do CC, só podem exercer os direitos relativos à herança contra todos os herdeiros, podendo pedir a satisfação dos seus direitos de crédito pelos meios comuns⁹⁰.

Note-se que esta legitimidade conferida aos credores da herança não é extensível aos credores do herdeiro⁹¹, como explicitado no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 9 de março de 2003 que profere: “(...) aos credores da herança, jamais se reportando aos credores dos herdeiros, o que se explica pela circunstância de os credores da herança só poderem obter a satisfação do seu direito de crédito através do património hereditário, não sendo os herdeiros obrigados a suportar os encargos que excedam as forças da herança a que são chamados (artigos 2068º, 2071º e 2097º do Código Civil).”.

Após a análise a estas figuras jurídicas, concluímos com as palavras de A. Lopes Cardoso quando este refere que “(...) não podem requerer o inventário, porque a sua

⁸⁹ Vide EDUARDO SOUSA E PAIVA E HELENA CABRITA, *ob. cit.*, p.53.

⁹⁰ Cfr. n.º 1 do art. 2091.º do CC.

Neste sentido, TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *ob. cit.*, p. 34, alude que “Os credores da herança não podem exigir a partilha, já que podem responsabilizar todos os herdeiros, nos termos do art.º 2091.º/1 do Cód. Civil. E não ficam impedidos de exigir os seus direitos de crédito sobre a herança pelos meios comuns, mesmo que o não reclamem no inventário (...)”.

PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit.* VI, p. 152, anotam relativamente ao artigo 2091.º do mesmo código “(...) só podem ser exercidos (conjuntamente) *por todos os herdeiros* ou (do lado passivo) contra todos os herdeiros. Trata-se, por conseguinte, de casos de litisconsórcio *necessário*, para os quais o cabeça-de-casal já não tem legitimidade (...)”.

⁹¹ Neste sentido, Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 9 de julho de 2003, (Relatora Fernanda Isabel Pereira), proferido no proc. n.º 5552/2003-6, consultado em www.dgsi.pt.

intervenção no processo de inventário é restrita à defesa dos respectivos direitos, e não é indispensável a distribuição do inventário para que possam exercê-los.”⁹².

O intuito da existência destas duas formas de legitimidade (requerer e intervir) não foi em vão. A lei, ao diferenciá-las, quis proteger quem tivesse um interesse direto, acautelando que pessoas que sendo somente chamadas à sucessão por força de legados testamentários ou deixas contratuais a título de legado não pudessem impulsionar o processo⁹³, por não disporem de nenhum interesse direto na partilha, acarretando custos e incômodos para os herdeiros. Parte-se da premissa que quem detém interesse direto poderá requerer o inventário; quem não o possui, não poderá fazê-lo. Logo, fazendo um silogismo dedutivo, aos “interessados” contemplados no n.º 2 do art. 4.º do RJPI, legatários, donatários e credores, não lhes será possível requerer processo de inventário, pois não possuem interesse direto. Contudo, quanto aos legatários, a maioria da doutrina abre, neste caso, uma exceção relativamente ao usufruto de parte da herança, que trataremos mais adiante.

2.2.2 – Critério para aferir a legitimidade para requerer

Aferido o conceito de legitimidade no processo civil e no processo de inventário, em especial, explicitada a distinção entre a legitimidade para requerer e para intervir, cumpre agora aprofundar o critério pelo qual se afere a legitimidade para requerer o processo de inventário, tema central deste trabalho.

É de extrema relevância compreender quem é que tem interesse direto, dado ser esse o conceito em torno do qual o disposto da al. a) do n.º 1 do art. 4.º do RJPI centra a legitimidade para requerer o inventário.

Haverá ainda que abordar com detalhe quem exerce as responsabilidades parentais, o tutor ou o curador consoante os casos, dado que, quando a herança é deferida a incapazes ou a ausentes em parte incerta, a lei atribui àqueles a legitimidade para requerer o processo de inventário⁹⁴.

Quanto à questão da legitimidade para requerer, quem é que tem, afinal, interesse direto na partilha? A norma legal responde que são os interessados diretos e quem exerce

⁹² Vide A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.* I, p.320.

⁹³ Vide J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.* I, p. 176 “A lei tem em vista não confiar a estranhos o impulso, já porque a actividade dos tribunais não pode estar sujeita a livre capricho dos cidadãos, já porque envolve seriedade, já porque acarreta despesas importantes e, seria caso de perguntar se a responsabilidade pelo seu pagamento podia exigir-se a quem não tivesse contribuído para elas.”.

⁹⁴ Cfr. als. a) e b) do art. 4.º do RJPI.

as responsabilidades parentais (representação legal, tutor ou curador) quando a herança seja deferida a incapazes ou a ausentes em parte incerta.

Haverá que determinar com precisão quem são os interessados diretos que se encontram estabelecidos na al. a) do n.º 1 do art. 4.º do RJPI. Será que são todos os herdeiros que façam parte do património a partilhar? E a posição do cônjuge do autor da sucessão, se for apenas cônjuge meeiro? E o cônjuge do herdeiro terá também interesse direto na partilha? O cessionário do direito à herança também integrará o conceito de “interessado direto”?

Vejamos, agora, minuciosamente quem integra o conceito de “interessado direto”.

2.2.2.1 – Interessados diretos

O termo “interessado” é bastante amplo e com um sentido impreciso. Podem existir interessados de várias posições e com direitos diferentes. Como nos ensina Simões Pereira, “tudo depende do objecto e da própria qualidade de interesse.”⁹⁵.

Do disposto no art. 10.º do RJPI, com a epígrafe “Intervenção de outros interessados” decorre que “Os herdeiros legitimários, os legatários e os donatários que não tenham sido inicialmente citados para o inventário podem deduzir intervenção no processo e nele exercer a atividade para que estão legitimados (...)”. E do n.º 2 da mesma norma resulta ainda que “Os titulares ativos de encargos da herança podem reclamar os seus direitos até à conferência preparatória (...)”, ou seja, o conceito de interessado direto é mais restrito do que o conceito de interessado.

Com efeito, Carlos Oliveira considera que “(...) julgamos que o facto de na sua epígrafe se aludir à “*intervenção de outros interessados*” (aí se incluindo, portanto, os legatários, os donatários e os credores, ao lado dos herdeiros legitimários), conduz à conclusão de que o conceito de interessado é mais amplo que o de interessado direto na partilha, abrangendo ainda os referidos sujeitos (os legatários, os donatários e os credores – estes são interessados, mas não diretos (...))”⁹⁶.

⁹⁵ Cfr. SIMÕES PEREIRA, *Processo de Inventário e Partilhas (Esboço de um Anteprojecto)*, p. 55.

⁹⁶ Cfr. CARLOS OLIVEIRA, *Os Sujeitos do Novo Processo de Inventário - A Posição do Cônjuge do Herdeiro*, Dissertação de Mestrado, na área de especialização em Ciências Jurídicas-Forenses, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, p. 48.

No mesmo sentido, Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 19 de outubro de 2010, (Relatora Maria do Rosário Barbosa), proferido no proc. n.º 2235/07.6YXLSB-A. L1.1, consultado em www.dgsi.pt. ACORDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA em 29 de junho de 2010, (Relator Sebastião Póvoas), proferido no proc. n.º 67-A/1999.P1. S1, consultado em www.dgsi.pt, proferindo que “No processo de inventário a identidade de sujeitos (...) não se reporta ao conceito de parte em termos clássicos mas ao de interessados (aqui se incluindo os credores da herança)”.

Também J. A. Lopes Cardoso preconiza que o termo “interessado” é mais amplo. O autor defende que “As duas palavras - herdeiros e interessado - não correspondem. Aquela tem uma acepção rigorosamente jurídica, que se procurou delimitar com precisão (...); esta um significado muito mais amplo, abrangendo não só o herdeiro como também o meeiro do inventariado e as pessoas contempladas com o usufruto duma parte da herança sem determinação de valor ou objecto.”⁹⁷.

Acompanhamos os referidos autores, concluindo que o conceito de “interessado direto” é mais restrito do que a noção de “interessado”.

A al. a) do n.º 1 do art. 4.º do RJPI preceitua que têm legitimidade para requerer que se proceda a inventário os interessados directos na partilha.

O preceito legal tem como intuito adjectivar o direito material presente no n.º 1 do art. 2101.º do CC, que determina que “Qualquer co-herdeiro ou cônjuge meeiro tem o direito de exigir a partilha quando lhe aprouver.”.

A correlação entre o direito de exigir a partilha e a legitimidade para requerer o processo de inventário assenta nas pessoas directamente interessadas na partilha que são, em primeira linha, os herdeiros ou o cônjuge meeiro do autor da herança. Posteriormente analisaremos em que medida o cônjuge do herdeiro e o cessionário da herança gozam do direito de exigir partilha⁹⁸.

Com efeito, a doutrina é unânime em considerar que são interessados directos na partilha os herdeiros, o cônjuge meeiro e o adquirente do quinhão hereditário⁹⁹. Já existe divergência doutrinária no que respeita à legitimidade do cônjuge do herdeiro.

Nesta linha de pensamento, Neto Ferreirinha designa quem são os interessados directos e explica o porquê, referindo que “(...) são, evidentemente, os herdeiros (e, naturalmente, os adquirentes de quinhão hereditário, porque colocados na posição do herdeiro), contando-se entre aqueles o cônjuge, os parentes e o Estado (...) mas o n.º 1 do art. 2101º do mesmo diploma confere a qualquer co-herdeiro ou cônjuge meeiro o direito de exigir partilha quando lhe aprouver, pelo que se devem considerar interessados directos na partilha, além dos herdeiros, o cônjuge meeiro, se o autor da herança tiver sido casado

⁹⁷ Vide J.A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.* I, p.87.

⁹⁸ Neste sentido, cfr. CAPELO DE SOUSA, *ob. cit.* II, nota 764, p. 125; JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito das Sucessões Contemporâneo, Reimpressão, Lisboa, AAFDL, 2011*, pp. 468-469.

⁹⁹ Cfr. EDUARDO SOUSA PAIVA e HELENA CABRITA, *ob. cit.*, p. 52; A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.*, p. 301.

no regime de comunhão geral ou de comunhão de adquiridos e houver bens comuns no acervo a partilhar.”¹⁰⁰.

a) Herdeiros

O legislador consagrou na primeira parte do n.º 2 do artigo 2030.º do CC o critério prático para determinar a qualificação deste sucessor: “Diz-se herdeiro o que sucede na totalidade ou numa quota do património do falecido.”. Esta é uma norma imperativa, pelo que, mesmo que o testador queira dar outra qualificação a um determinado sucessor, tal não terá relevância jurídica, como resulta do n.º 5 do mesmo preceito legal¹⁰¹.

Com efeito, encontramos-nos perante a qualidade de herdeiro quando o sucessor do *de cuius* venha a suceder na totalidade do seu património ou numa quota parte. Do mesmo modo, é havido como herdeiro aquele que sucede no remanescente dos bens do autor da sucessão, não havendo especificação destes, conforme estabelece o n.º 3 da norma *supra* referida.

A qualidade de herdeiro pode ser adquirida por via legal, através da sucessão legitimária e da sucessão legítima, ou por via voluntária, através da sucessão contratual e da sucessão testamentária.

A sucessão legitimária tem natureza imperativa, dado que os herdeiros legitimários (que entre nós, são o cônjuge, descendentes e ascendentes, nos termos do art. 2157.º do CC) são chamados “herdeiros forçados”, porque são aqueles a quem a lei reserva uma porção de bens de que o autor da sucessão não pode dispor por se encontrar destinada a estes mesmos herdeiros. Essa porção de bens designa-se por legítima, encontrando-se estipulada no art. 2156.º do CC.

Capelo de Sousa explicita que “(...) o autor da sucessão não [pode] alterar o elenco dos herdeiros legitimários (...) não [pode] mudar a ordem e os termos em que estes são chamados à sucessão e igualmente não [pode] modificar a porção de legítima fixada pela lei (...)”¹⁰².

Por outro lado, são herdeiros legítimos o cônjuge, os parentes e o Estado, constando do art. 2133.º do CC a ordem por que são chamados os herdeiros legítimos, contendo este artigo uma lista taxativa. Os herdeiros legítimos só são chamados se o falecido não tiver disposto válida e eficazmente, no todo ou em parte, do seu património,

¹⁰⁰ Cfr. NETO FERREIRINHA, *ob. cit.*, nota 57, pp. 198-199.

¹⁰¹ Cfr. J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit. I*, nota 221, p. 71.

¹⁰² Vide CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. I*, p. 219.

sendo por isso, supletiva, dado que o *de cuius* pode afastar os sucessíveis legítimos por testamento ou por contrato¹⁰³.

Segundo Oliveira Ascensão “A justificação da sucessão legítima resulta da necessidade de não deixar *nullius* as situações jurídicas que haviam pertencido ao autor da sucessão. E idóneos para suceder são antes de mais os familiares – antes do próprio Estado – dada a protecção que se atribui à família, e a ligação existente entre o fenómeno sucessório e a instituição familiar. O Estado só intervém em última análise, quando os vínculos familiares perdem significado (...).”¹⁰⁴.

O autor da sucessão pode ainda instituir herdeiro por via contratual, através de um pacto sucessório designativo inserido na convenção antenupcial (únicos admitidos entre nós), ou por via testamentária.

O herdeiro é considerado interessado direto, sendo-lhe assim reconhecida legitimidade para requerer o processo de inventário, o que não acontece com o legatário e o donatário, como já explicitamos *supra*, dado que estes recebem bens certos e determinados, que não carecem de partilha¹⁰⁵.

Quanto ao cônjuge do autor da sucessão, ele aparece em primeira linha na classe dos sucessíveis; exceto se o autor da sucessão falecer sem descendentes e deixar ascendentes, caso em que passa a integrar a segunda classe (cfr. n.º 2 do art. 2133.º do CC).

Foi a partir do DL n.º 496/ 77, de 25 de novembro, que o cônjuge sobrevivente passou a integrar a categoria de herdeiro legitimários (art. 2157.º do CC) e valorizou-se a sua posição sucessória na categoria dos herdeiros legítimos (art. 2133.º do CC), deixando de suceder após os descendentes, ascendentes, irmãos, e seus descendentes, passando a ocupar a primeira classe dos sucessíveis¹⁰⁶.

Assim sendo, o cônjuge sobrevivente tem atualmente sempre legitimidade para requerer o processo de inventário, na qualidade de herdeiro, mesmo que não seja meeiro por força do regime matrimonial de bens. Com efeito, o cônjuge meeiro é aquele que tenha sido casado com o inventariado num regime de comunhão, seja num regime típico de comunhão geral de bens (arts. 1732.º a 1734.º do CC) ou de comunhão de adquiridos

¹⁰³ Para um maior desenvolvimento, *Vide* CAPELO DE SOUSA, *ob. cit.* I, pp 233-234.

¹⁰⁴ *Vide* OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, p. 341.

¹⁰⁵ Há, porém, exceções a esta regra, que analisaremos adiante.

¹⁰⁶ *Vide* CAPELO DE SOUSA, “A Posição sucessória do cônjuge sobrevivente casado no regime da comunhão de adquiridos ou de separação de bens, na herança indivisa dos sogros em caso de pós-morte do correlativo filhos destes”, publicado em “Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, p. 1183.

(arts. 1724.º e 1730.º do CC), seja num regime atípico em que exista bens comuns do casal¹⁰⁷. Nestes casos, uma vez que há um património comum do casal, cada um dos cônjuges tem direito à sua meação¹⁰⁸.

Com a morte do autor da sucessão, cessam as relações pessoais e patrimoniais entre os cônjuges que determinam a partilha dos bens do casal¹⁰⁹.

Todavia, o cônjuge sobrevivente quando casado sob o regime da separação de bens, apenas é chamado na qualidade de herdeiro, não sendo meeiro. De facto, não existindo bens comuns do casal neste regime (cfr. art. 1735.º do CC), o cônjuge terá unicamente a qualidade de herdeiro, integrando a categoria de herdeiro legitimário (art. 2157.º do CC) e eventualmente a de herdeiro legítimo (art. 2132.º do CC).

Desta forma, concluímos que cabe aos herdeiros o direito de exigir a partilha, sendo-lhes conferida legitimidade para requerer o processo de inventário.

i) Incapazes ou ausentes em parte incerta

Sendo o herdeiro incapaz ou ausente em parte incerta, a legitimidade para requerer o inventário é atribuída àqueles que exerçam as responsabilidades parentais, tutor ou curador, tal como se encontra positivado na al. b) do art. 4.º do RJPI.

O atual RJPI trouxe uma novidade quanto à matéria dos incapazes e ausentes em parte incerta. Na anterior redação do CPC, a al. b) do n.º 1 do art. 1327.º referia que “Têm legitimidade para requerer que se proceda a inventário e para nele intervirem, como partes principais, em todos os actos e termos do processo: (...) O Ministério Público, quando a herança seja deferida a incapazes, ausentes em parte incerta ou pessoas colectivas”.

O n.º 2 do art. 5.º do novo RJPI estabelece que “Compete ao Ministério Público ordenar as diligências necessárias para assegurar os direitos e interesses da Fazenda Pública, sem prejuízo das demais competências que lhe estejam atribuídas por lei.”. Não consta expressamente nesse artigo competências para intervir na defesa dos incapazes e

¹⁰⁷ Para maiores desenvolvimentos sobre os regimes de bens atípicos, Vide SOFIA HENRIQUES, *Reflexos da atipicidade do Regime de bens no Estatuto patrimonial dos cônjuges*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.

¹⁰⁸ No que diz respeito aos regimes da comunhão em que não haja bens comuns do casal, CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. II*, nota 769, p. 127, refere que “(...) o cônjuge sobrevivente não será meeiro e não terá o direito de partilhar, uma vez que os bens próprios existentes serão então recebidos directamente, sem necessidade de partilha, pelo cônjuge sobrevivente e pelos sucessores do outro (...) apenas extinguindo as restrições relativas ao regime da administração e alienação dos bens do casal (...)”.

¹⁰⁹ Cfr. CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. II*, pp. 127-128.

Sobre o cônjuge meeiro, Vide Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 28 de abril de 1998, (Relator Joaquim Pascoal), proferido no proc. n.º 1289/98, publicado BMJ 476-478.

ausentes em parte incerta, apesar do que continua a constar da al. a) do n.º 1 do art. 3.º do Estatuto do Ministério Público.

Verificamos aqui uma mudança quanto às pessoas que poderão requerer o inventário. O legislador, ao criar o novo RJPI, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março, retirou a legitimidade do Ministério Público substituindo para requerer o processo de inventário “aqueles que exercem responsabilidades parentais”. Assim sendo, qual terá sido o seu fundamento?

Para uma melhor compreensão, recuemos à redação do CPC de 1961, antes do DL n.º 227/94, de 8 de setembro, que originou a reformulação da tramitação do processo de inventário. Com efeito, a legitimidade do Ministério Público era regulada pelo art. 1326.º, n.º 2 desse mesmo código e pela respetiva Lei Orgânica. À época, o Ministério Público, assim que viesse a ter conhecimento de que algum incapaz ou ausente em parte incerta era um interessado à partilha, tinha o dever de requerer a distribuição do inventário obrigatório¹¹⁰, a fim de proteger os interesses daqueles, evitando o prejuízo na distribuição e desvio de bens.

Dado que o Ministério Público teria a obrigação de requerer o inventário, deveria fazê-lo oficiosamente ou, quando não fosse possível, através de documentos e elementos de informação que deveriam ser solicitados ao Conservador do Registo Civil, nos casos em que essa mesma obrigação carecia de ser cumprida. Efetivamente, na maior parte das situações, o Ministério Público não tinha forma de conhecer quando e onde tinha ocorrido o falecimento de determinada pessoa, nem se existiam herdeiros incapazes. Nas palavras de J. A. Lopes Cardoso, “Há-de ter, necessariamente, elementos de informação que o habilitem a requerer o inventário, elementos seguros de convicção, não se admitindo que, em caso de tanta seriedade, possa basear-se em simples indícios ou leves suspeitas.”¹¹¹.

Com o DL *supracitado*, que originou a reformulação ao processo de inventário, o então antigo CPC manteve a legitimidade do Ministério Público para requerer o inventário, mas passando esta a constar no disposto da al. b), do n.º 1 do art. 1327.º, eliminando a obrigatoriedade de inventário e adotando disposições que garantissem na mesma a defesa dos interesses do menor.

As razões que levaram o legislador a suprimir aquela obrigatoriedade fundaram-se, de acordo com o Preâmbulo do DL n.º 227/94, de 8 de setembro, na “(...) necessidade

¹¹⁰ J. A. Lopes Cardoso, *ob. cit.* I, nota 580, p.183; “O art. 1326.º, n.º 2, do Cód. Proc. Civil considera como obrigação do M.º P.º requerer o inventário obrigatório.”

¹¹¹ *Idem*, p. 184.

de manutenção da integração e coesão familiares (...) para que se adopte o princípio de que ninguém melhor do que os pais ou representantes legais do menor para definir, em cada caso, o que, de forma mais eficaz, defende os interesses deste.”.

Neste sentido, uma vez que é ao representante legal que cabe ocupar a posição do poder de decidir se a partilha decorre de forma judicial ou extrajudicial, não faz sentido continuar em vigor a obrigatoriedade de inventário prévio à aceitação da herança por menor.

Contudo, o legislador não quis deixar aquele “poder decisório” nas mãos do representante legal, sem qualquer controlo legislativo, podendo existir casos em que o exija, como acontece nas partilhas extrajudiciais. O DL *supramencionado* refere ainda “(...) que o Ministério Público, sempre que, de acordo com os elementos que tenha podido obter (...), entenda que a defesa dos interesses do menor na herança passa pela instauração de inventário (...)”.

Já com a entrada em vigor do novo RJPI, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março, como já foi *supra* referido, o legislador extinguiu a legitimidade do Ministério Público para requerer o processo de inventário, substituindo-o por “Quem exerce as responsabilidades parentais, o tutor ou curador, consoante os casos, quando a herança seja deferida a incapazes ou ausentes em parte incerta.”¹¹².

Ora, esta intervenção do Ministério Público no atual RJPI leva-nos a questionar, uma vez mais, qual o intuito do legislador ao modificar a sua legitimidade.

Em 2014, o Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República reuniu-se para emitir o Parecer n.º 5/2014, de 10 de abril, do qual veio a ser emitida a Diretiva n.º 3/2014, de 2 de junho, publicado no Diário da República, na 2ª série, de 30 de junho de 2014, em que se determinaram algumas conclusões, sendo três as mais relevantes:

A primeira, destina-se à intervenção do Ministério Público somente quando o inventário der entrada no Tribunal, exercendo as suas competências jurisdicionais, impedindo, assim, a sua intervenção, quer a título principal quer a título acessório, enquanto o inventário estiver a correr os seus termos no Cartório Notarial sob a direção do Notário; a segunda conclusão versa sobre o facto de a legitimidade que era conferida ao Ministério Público pelo Código de 1961, no seu art. 1327.º, n.º 1, al. b), era do tipo oficioso, não sendo exercida em representação judiciária; por último, como já foi aqui referido, o disposto da al. b), no n.º 2 do art. 4.º atribui a legitimidade para requerer o

¹¹² Cfr. al. b) do n.º 1 do Art. 4.º do RJPI.

inventário, como partes principais em todos os atos e termos do processo aqueles que exerçam as responsabilidades parentais, nos casos em que a herança seja deferida a incapazes ou ausentes em parte incerta, não mencionando expressamente o Ministério Público. É esta falta de previsão normativa que nos leva a concluir e a interpretar que o Ministério Público deixou de ter legitimidade para requerer o processo de inventário, nos casos acima mencionados.

Observando que o Ministério Público carece atualmente de legitimidade para requerer o processo de inventário, Sousa Paiva afirma o seguinte: “Face ao teor das citadas normas e essencialmente à diferente redação do art. 4.º, n.º 1, al. b), do RJPI, em comparação com o seu equivalente do regime anterior (o art. 1327.º, n.º 1, al. b), do Código de Processo Civil), é para nós inequívoca a intenção do legislador de consagrar um regime em que o Ministério Público deixa de ter legitimidade para, como parte principal, intervir no processo de inventário em representação de incapazes e de ausentes em parte incerta. Porém, esta solução não foi pacífica, argumentando, quem perfilhava a tese contrária, com o teor do artigo 5.º, n.º 2 do RJPI, na parte em que se refere “sem prejuízo das demais competências que lhe estejam atribuídas por lei”, em conjugação com a norma geral constante do art. 3.º, n.º 1, al. a), do Estatuto do Ministério Público. Contudo, este argumento é facilmente rebatido, quer pelo facto de o RJPI constituir lei especial que, portanto, afasta, relativa ao processo de inventário, a aplicação da lei geral constante do Estatuto do Ministério Público, quer ainda pelo facto de ser lei posterior que, como tal, regendo de forma diversa, sempre revogaria tacitamente, nessa parte, o referido Estatuto, que constitui lei anterior.”¹¹³.

Uma vez que são “os que exercem as responsabilidades parentais, nos casos em que a herança seja deferida a incapazes ou a ausentes em parte incerta”, vejamos agora, minuciosamente, as diversas situações em que os representantes legais poderão requerer o processo de inventário.

Para nos centrarmos na figura dos incapazes teremos, necessariamente, que recorrer ao conceito de capacidade de exercício. Ora, a capacidade de exercício ou a capacidade para agir, segundo Mota Pinto, “é a idoneidade para actuar juridicamente, exercendo direitos ou cumprindo deveres, adquirindo direitos ou assumindo obrigações,

¹¹³ EDUARDO DE SOUSA PAIVA, O Novo Processo e Inventário: traves-mestras da reforma, *Julgar* (24):105-122, 2014, pp. 105 e ss.

por *acto próprio e exclusivo* ou mediante um *representante voluntário* ou *procurador*, isto é, um representante escolhido pelo próprio representado.”¹¹⁴.

Também Oliveira Ascensão entende que a “capacidade de agir mede a susceptibilidade de alguém praticar, por si e livremente, actos jurídicos.”¹¹⁵. Assim, nesta linha de pensamento, quem exercer, de forma autónoma, livre e pessoal a prática de um determinado ato jurídico que se repercutirá na sua esfera jurídica, é dotado desta aptidão a que chamamos “capacidade de exercício”. Contrariamente, no caso de inexistência desta aptidão, esta carece de ser substituída por uma outra pessoa, nas situações em que seja necessário e até exigível.

No sentido jurídico, a aceção da palavra “incapacidade” é compreendida como sendo uma categoria própria das pessoas físicas¹¹⁶, por estas não comportarem uma capacidade de querer ou entender como, uma vez mais, Mota Pinto nos ensina “Devem estar desprovidas de capacidade de exercício as pessoas que, por falta de experiência mediana, por anomalia mental ou defeito de carácter, não possam determinar com normal esclarecimento ou liberdade interior os seus interesses.”¹¹⁷.

Com efeito, o legislador determinou taxativamente as situações que são afetadas pela incapacidade de exercício, com vista a protegê-las, estabelecendo um regime próprio. Desta forma, na categoria dos incapazes integram os menores (artigo 123º CC), os inabilitados (artigo 139º CC) e os interditos (artigo 153º CC). Todos eles, sendo herdeiros do *de cujus*, concorrem à herança do falecido. Todavia, ainda que sejam considerados inábeis ou incapazes por não possuírem a tal capacidade de exercício para administrarem os bens que façam parte do acervo hereditário, considera-se que têm um interesse direto na partilha. Não podem, pois, pelas “próprias mãos” proceder ao processo de inventário. Terá, então, de figurar o instituto da representação com vista a sanar a falta de capacidade

¹¹⁴ MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra, editora, 2005, p. 194, realça que a expressão capacidade de exercício “(...) não é, todavia, muito feliz, pois sugere tratar-se unicamente da susceptibilidade de exercer direitos, deixando de fora o cumprimento de obrigações e a aquisição de direitos ou a assunção de obrigações. Melhor sealaria de *capacidade de agir*, (...).”

No mesmo sentido, OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Civil, Teoria Geral, introdução as pessoas os bens I*, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p.144, diz-nos que “Frequentemente, fala-se, em vez de capacidade de agir, em capacidade de exercício.”

¹¹⁵ Vide OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, p. 144.

¹¹⁶ *Idem*, p. 172.

¹¹⁷ Vide MOTA PINTO, *ob. cit.*, p. 194.

PAIS DE VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 8º ed., Coimbra, Almedina, 2017, p.196, indica também que “Tal sucede no caso dos menores, dos interditos dos inabilitados que, em virtude de deficiência de discernimento e de vontade, a lei priva da liberdade de actuação livre e pessoal.”

daqueles interessados concorrentes à herança, uma vez que estes só podem atuar por intermédio dos seus representantes.

O direito de representação assenta no facto de uma determinada pessoa agir em nome e no interesse de outrem. Há aqui, neste instituto, um cariz de substituição dado que o representante (aquele que age) substitui o representado (aquele a quem a esfera jurídica produz os seus efeitos). No caso dos incapazes, estes são representados por se encontrarem impedidos por doença, por alguma insanidade ou por outra causa natural, como acima mencionamos. Nestes casos, a representação por incapacidade é suprida através de dois mecanismos: pela representação legal e/ou a tutela ou pela assistência. Quanto ao primeiro, este abrange tanto os menores como os interditos, dado que estes são equiparados àqueles, cabendo a sua representação legal ao tutor. Já quanto ao segundo mecanismo, apenas se refere aos inabilitados, pois supõe que estes possam praticar por si os atos jurídicos, estando, simultaneamente, sujeitos à autorização e vigilância dos curadores, com vista a defender os interesses dos inabilitados.

Para compreendermos melhor por que são os representantes legais, tutores e curadores aqueles que têm legitimidade para requerer os inventários, vejamos agora as situações em que o legislador estabeleceu um regime próprio para proteção dos incapazes.

i.1) Menores

De acordo com o disposto do art. 122º do CC, “É menor é aquele quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade”. Só se atinge a maioridade quando se perfizer os dezoito anos de idade. A partir desse momento, o que era, até então, “menor” “(...) adquire plena capacidade de exercício de direitos, ficando habilitado a reger a sua pessoa e a dispor dos seus bens.”¹¹⁸.

Todavia, não é só com a maioridade que o “menor” adquire a capacidade plena dos seus direitos. Existe ainda uma outra alternativa, cujo o Código Civil contemplou como sendo o instituto da emancipação, que ocorre por meio do casamento¹¹⁹, ou seja, o indivíduo que tiver completado dezasseis anos de idade e obtiver a autorização de seus pais¹²⁰, poderá emancipar-se e, conseqüentemente, conforme o disposto do art. 137.º do CC “ (...) atribui (...) plena capacidade de exercício de direitos, habilitando-o a reger a sua pessoa e a dispor livremente dos seus bens se fosse maior (...).”. Caso contrário, o

¹¹⁸ Cfr. art.130.º do CC.

¹¹⁹ Cfr. art 132.º do CC.

¹²⁰ Cfr. art. 1612.º do CC.

menor que tenha mais de dezasseis anos, mas menos de dezoito anos de idade e não tenha obtido a respetiva autorização dos pais, ou se esta não for judicialmente suprida, continuará a ser considerado menor para efeitos de administração de bens que lhe advenham por título gratuito, até atingir a maioridade¹²¹.

É no momento da abertura da sucessão, isto é, no momento da morte do autor da herança que são chamados os herdeiros, os titulares das relações jurídicas do falecido. Desse chamamento dos herdeiros, poderá constar como interessado algum menor. Porém, embora os efeitos da herança retroajam-se à data da morte do autor da herança, poderá acontecer que à data do falecimento do *de cuius* haja um interessado menor e que o deixe de ser no momento da apresentação do inventário no Cartório Notarial ou no prosseguimento da sua tramitação.

Assim, sempre que o menor não tenha completado dezoito anos de idade ou já possua dezasseis anos de idade, mas que não tenha usufruído do mecanismo da emancipação, não tem capacidade para exercer os seus direitos. Como tal, é necessário um representante legal para suprir essa incapacidade para poder de administrar os bens que advenham da partilha. Em regra, a responsabilidade parental compete a ambos os cônjuges, encontrando-se o conteúdo do poder de representação positivado no art. 1881.º do CC. Todavia, existem outras situações em que a direito da representação já não compete aos pais, cabendo a uma só pessoa ou a outras pessoas distintas.

Nos casos em que ocorre um divórcio, a separação judicial de pessoas e bens ou a declaração de nulidade ou anulação do casamento, nos termos do art. 1906.º do CC, as “responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho são exercidas em comum por ambos os progenitores nos termos que vigoravam na constância do matrimónio, salvo nos casos de urgência manifesta, em que qualquer dos progenitores pode agir sozinho, devendo prestar informações ao outro logo que possível.”. Já nas situações em que o casamento seja dissolvido por morte de um dos cônjuges, a representação pertence ao cônjuge sobrevivente¹²².

Contudo, também pode pertencer, subsidiariamente, a um tutor pela via do instituto da tutela. Com efeito, a incapacidade dos menores pode ser suprida pelo poder paternal e, subsidiariamente, pela tutela¹²³. O instituto da tutela, visa suprir, subsidiariamente, o poder paternal, defendendo os interesses do menor, sendo também

¹²¹ Cfr. art. 1649. do CC.

¹²² Cfr. art. 1904.º do CC.

¹²³ Cfr. artigo 124.º do CC.

um meio para suprir a incapacidade destes. O Acórdão da Relação do Porto elucida qual a origem da palavra “Tutela” ao referir que “vem-se entendendo que o institui da TUTELA, derivando do verbo “tutere” que significa defender, proteger, a palavra tutela designa a instituição que tem por fim defender os interesses de uma pessoa incapaz.”¹²⁴.

O menor fica sujeito ao instituto da tutela quando se encontrem preenchidos um dos requisitos previstos no art. 1921.º do CC, nomeadamente no caso dos pais houverem falecido (al. a)); se os pais estiverem inibidos do poder paternal quanto à regência da pessoa e do filho (al. b)); se estiverem há mais de seis meses impedidos do facto de exercer poder paternal (al. c)); e, por fim, se forem incógnitos, (al. d) do mesmo preceito normativo).

Para além destes requisitos, a tutela ocorre também na administração de bens¹²⁵, podendo ter até um carácter oficioso, tal como se encontra previsto no art. 1923.º do CC. A este respeito, no caso de ambos os pais tiverem falecido (al. a) do n.º 2 do art. 1921.º do CC) e cabendo a estes exercer as responsabilidades parentais, nesta hipótese, é obrigatória a instituição da tutela ser promovida pelo tribunal e ser exercida por um tutor por aqueles designados e sob a sua vigilância, no que decorre dos artigos 1923 a 1925º do CC.

O que se mostra estar em causa para a designação de um tutor, para além das situações enumeradas acima, é a impossibilidade objetiva de defender os interesses dos menores “não só quanto à educação, saúde, instrução e no geral aos cuidados de paternidade para com eles, como quanto aos seus bens e representatividade jurídica, quem os represente de modo a supri a sua incapacidade resultante da sua menoridade”.

i.2) Interditos

Tal como referimos *supra*, a figura jurídica dos interditos também se encontra inserida no conceito de incapazes.

Nos termos do disposto do n.º 1 do art. 138.º do CC, consideram-se interditos “(...) do exercício dos seus direitos todos aqueles que por anomalia psíquica, surdez-mudez ou cegueira se mostrem incapazes de governar suas pessoas e bens”. Assim, o instituto da interdição tem por fim a proteção do próprio interdito, quer por anomalia (e aqui abrange não só as deficiências do intelecto, como também da vontade), surdez-

¹²⁴ Vide Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, em 7 de junho de 2005, (Relator Peyalo Gonçalves), proferido no proc. n.º 0522122, consultado em www.dgsi.pt.

¹²⁵ Cfr. artigo 1923º CC.

mudez, quer por cegueira. Estas duas últimas causas dão origem à interdição pela sua gravidade, levando à inaptidão para reger a sua pessoa e bens¹²⁶. No que concerne à interdição por anomalia psíquica (e a mais relevante), o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra descreveu este estado como sendo “uma psicose adquirida, como igualmente a psicose congénita, ou seja, os chamados estados oligofrénicos (cretinismo, idiotia, imbecilidade), em que a pessoa nunca chegou a atingir o desenvolvimento normal. Temos, contudo, de estar em face de deficiências habituais ou duradouras – se passageiras (...) ainda que a habitualidade não pressuponha uma continuidade absoluta – e actuais - têm de existir, não bastando uma anterior enfermidade ou exame medico, ou ainda que se torne de recear”¹²⁷.

No mesmo sentido, Lopes Cardoso refere que “Antes da sentença que a reconheceu já ela se manifestou e com as primeiras manifestações começa a fechar-se o circulo da sua vida exterior, mais o impossibilitando de agir ou de se defender à medida que as pessoas com quem contacta se vão percebendo da anomalia revelada”¹²⁸.

Porém, existe ainda os casos da incapacidade accidental, que se encontra prevista e regulada no disposto do n.º 1 do art. 257.º do CC, que indica “A declaração negocial feita por quem, devido a qualquer causa, se encontrava acidentalmente incapacitado de entender o sentido dela ou não tinha o livre exercício da sua vontade é anulável, desde que seja notório ou conhecido do declaratório”. Dito de outra forma, esta figura assenta no facto de o indivíduo se encontrar demente, por diversas causas ou sintomas anómalos, no momento da prática do negócio jurídico, e que esse facto seja notório¹²⁹ e conhecido do declaratório.

O Acórdão da Relação de Lisboa define “o estado de demência determinante de uma incapacidade accidental pode revelar-se através de uma diversidade de sintomas, que

¹²⁶ Também DOMINGOS SILVA CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 39, entende que “(...) estas duas últimas anomalias só determinam a interdição se forem de tal modo *graves* que não permitam ao afectado a sua livre expressão”.

¹²⁷ *Vide* Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, em 10 de março de 2009, (Relator Jaime Ferreira), proferido no proc. n.º 469/2000.C1, consultado em www.dgsi.pt.

¹²⁸ *Vide* J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit. I*, p.109.

¹²⁹ *Idem*, nota 341, p. 109.

Neste seguimento, PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit. VI*, pp. 239-240, anotam “Que o autor da declaração, no momento em que o fez, se encontrava ou por anomalia psíquica (artigo 150.º), ou por qualquer outra causa (embriaguez, estado hipnótico, droga, etc), em condições psíquicas tais não lhe permitiam o entendimento do acto que praticou ou o livre exercício da sua vontade.”.

constituem exemplos a alteração profunda da inteligência, com afectação de memória, do juízo e do raciocínio, a perda da capacidade da autocrítica ou alteração da linguagem.”¹³⁰.

Relativamente aos interditos por surdez-mudez ou por cegueira só se justifica a interdição se tornarem o indivíduo incapaz de governar a sua pessoa e bens, afetando a sua esfera pessoal e patrimonial.

Conhecendo quais as pessoas que estão sujeitas à interdição, é de fácil compreensão por que não podem elas próprias requerer o processo de inventário.

Os interditos são equiparados ao menor. Tal como dispõe o art.139.º do CC “(...) o interdito é equiparado ao menor, sendo-lhe aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições que regulam a incapacidade por menoridade e fixam os meios para suprir o poder paternal.”. O disposto do art. 143.º do CC indica a ordem pelo qual poderá ser deferida a tutela. Desta forma, os interditos ficam sob a alçada do tutor, ficando sujeitos ao instituto da tutela.

i.3) Inabilitados

De acordo com os termos do art. 152.º do CC “Podem ser inabilitados os indivíduos cuja a anomalia psíquica, surdez-mudez, ou cegueira, embora de carácter permanente, não seja de tal modo grave que justifique a sua interdição, assim como aqueles que, pela sua habitual prodigalidade ou pelo seu abuso de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes, se mostrem incapazes de reger convenientemente o seu património”.

À semelhança do que acontece com o regime da interdição, os inabilitados também sofrem por anomalia psíquica, surdez-mudez, cegueira, ainda que sejam de uma gravidade menor que a interdição, ou apresentando-se num estado de embriaguez ou de estupefacientes. Assim, constatamos que o que difere entre a figura da inabilitação e a interdição assenta na gravidade dos sintomas anómalos, conferindo de grau menor àquela.

Quanto aos inabilitados por anomalia psíquica, surdez-mudez ou cegueira são considerados, nas palavras de J. A. Lopes Cardoso, “(...) fracos de espírito, dos portadores de outros defeitos físicos e de vontade dos que, em suma, apenas padecem de imperfeições nas faculdades intelectuais ou volitivas.”¹³¹.

¹³⁰ Vide Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 16 de setembro de 2009, (Relator Abrantes Geraldés), proferido no proc. n.º 337/8TCFUN. L1-7, consultado em www.dgsi.pt.

¹³¹ Vide J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.* I, p. 119.

Na mesma linha de pensamento, MOTA PINTO, *ob. cit.*, pp. 241-242.

Para estes casos, o estado dos inabilitados tem de ser atual e permanente para que justifique que o indivíduo seja incapaz de reger convenientemente o seu património. O que está aqui em causa é apenas a incapacidade do inabilitado administrar o seu património, e não cuidar de si próprio, sendo, por isso, desnecessário recorrer à intervenção de um terceiro para cuidar da sua própria pessoa.

A aplicação do regime da inabilitação é regulada pelas disposições do regime das interdições, com as necessárias adaptações¹³². Ainda que a inabilitação esteja dependente da instauração da ação de inabilitação, pois não basta que se verifiquem os requisitos, terá que se provar a existência de um perigo atual e prejudiciais ao património, nada impede que o tribunal decrete a interdição a um indivíduo que seja afetado por alguns comportamentos anómalos, que considere aquelas deficiências como sendo de maior gravidade.

A incapacidade dos inabilitado é suprida pelo instituto da assistência de um curador, conforme o disposto do n.º 1 do art. 153.º do CC.

ii) Ausentes em parte incerta

Por último, mas não menos importante, a al. b) do n.º 1 do art. 4.º do RJPI também faz referência aos casos em que há ausentes em parte incerta, isto é, têm legitimidade para requerer o processo de inventário quem exerça as responsabilidades nestas situações específicas. Como tal, em primeiro lugar, é necessário percebermos qual o significado de “ausente em parte incerta” e, posteriormente, sabermos qual o instituto que figura a sua representação.

O estatuto jurídico da ausência está previsto nos arts 89.º a 121.º do CC. O sentido técnico jurídico da “ausência”, nas palavras de Mota Pinto “(...) não coincide com o significado que vulgarmente se atribui a este vocábulo, e que, aliás, a própria lei em disposições dispersas utiliza, de simples não presença de alguém em certo local(...) Antes, as providências que a lei refere nos artigos citados(...) traduzido num *desaparecimento sem notícias*.”¹³³.

O disposto do n.º 1 do art. 89.º do CC indica “Quando haja necessidade de prover acerca da administração de bens de quem desapareceu sem que dele se saiba parte e sem ter deixado representante legal ou procurador, (...)”. Podemos, então, interpretar que

¹³² Cfr. art. 156º do CC.

¹³³ Vide MOTA PINTO, *ob. cit.*, p. 264. No mesmo sentido, PAIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 101.

para efeitos jurídicos a “ausência” significa que determinado indivíduo desapareceu, não se encontrando presente em lado algum, desconhecendo notícias do seu paradeiro, deixando bens que carecem de administração. Também podemos crer que o legislador aqui, nesta norma legal, se fundou nos casos em que há dúvida se o ausente se encontra vivo ou morto¹³⁴.

O ausente, sendo um dos herdeiros e, por isso mesmo, tem direito aos bens que constituem o acervo hereditário do autor da sucessão, os mesmos estão carecidos de administração pelo facto de se desconhecer o seu paradeiro. Ora, a carência de administração dos bens constitui um perigo para o indivíduo que desapareceu, no sentido que os mesmos poderão vir a ser desejados por terceiros alheios à herança. Desta forma, para evitar estes danos que decorrem da falta de administração dos bens por parte do ausente, o legislador criou um mecanismo na lei com vista à proteção do património do ausente e dos interesses dos seus sucessores. É neste sentido que o disposto da al. b) do n.º 1 do art. 4.º do RJPI prevê a possibilidade de quando a herança seja deferida a ausentes em parte incerta, os que exerçam as suas responsabilidades possam requerer o processo de inventário. O RJPI faculta este direito na esperança que um dia o ausente regresse ou, caso não venha acontecer esta realidade, isto é, não se encontre sobrevivente, que o mesmo direito vise para os interesses dos seus sucessores.

Com efeito, o regime da ausência é protegido através da figura do curador. A lei prevê, numa fase inicial, a nomeação de um curador provisório¹³⁵, isto é, no caso do ausente não tiver dado notícias e não tenha deixado nenhum representante legal ou procurador¹³⁶ e seja necessário administrar os seus bens, nomeia-se, então, o curador provisório, por o legislador ainda ter expectativa quanto ao seu regresso. O Ministério Público e qualquer outro interessado poderão requerer este instituto da curadoria¹³⁷. Numa fase mais avançada, em que a possibilidade do ausente regressar é quase pouca ou nada, nomeia-se um curador definitivo, uma vez que a lei, nos termos do art. 99.º do CC menciona “Decorridos dois anos sem se saber do ausente, se este não tiver deixado representante legal nem procurador bastante, ou cinco anos, no caso contrário, pode o Ministério Público ou algum dos interessados requerer a justificação da ausência.”. Aqui,

¹³⁴ PAIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, pp. 101-102.

¹³⁵ A curadoria provisória encontra-se prevista nos termos do art. 89.º do CC.

¹³⁶ MOTA PINTO, *ob. cit.*, p. 264 considera que “Mesmo que exista representante do ausente, a curadoria provisória será estabelecida no caso de o representante não exercer as suas funções que, por qualquer motivo estar impedido de o fazer, quer porque voluntariamente as não exerce.”.

¹³⁷ Cfr. Arts. 91.º e 92.º, ambos do CC.

ao contrário do instituto da curadoria provisória, a legitimidade aferida é um pouco mais exigente, uma vez que a lei indica que o cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens, os herdeiros do ausente e todos aqueles que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente da condição da sua morte, são os interessados na justificação do ausente¹³⁸.

Ainda assim, para os casos em que não seja instituída a curadoria, nos termos do disposto do n.º 2 do art. 7º do RJPI, o ausente em parte incerta é também representado por um curador especial, cujo a nomeação é da competência do Notário, aplicando-se com as necessárias adaptações o CPC sobre esta matéria¹³⁹.

Feita a análise da alínea b) do n.º 2 do artigo 4º do RJPI, não subsistem dúvidas por que são aqueles que exercem responsabilidades legais, no caso em que a herança seja deferida aos incapazes ou a pessoa ausente em parte incerta, que podem requerer os processos de inventário.

Contudo, existem duas questões problemáticas que ficaram por indagar, quer no caso dos menores, quer no caso dos inabilitados.

Vejamos:

Por diversas vezes, principalmente no caso dos menores, o representante legal concorre com ele à herança do autor da sucessão. Pense-se no caso em que o falecido tenha deixado o cônjuge sobrevivente e dois filhos menores. Ora, concorrem à herança a esposa e os menores, sendo que a representação legal ficaria a cargo do cônjuge sobrevivente. Vejamos que há aqui um conflito de interesses, na medida em que, concorrendo aqueles herdeiros (o cônjuge sobrevivente e os filhos menores) o interesse do representante legal dos menores será sempre outro, deixando de prevalecer e defender os interesses dos menores. Por outras palavras, o representante legal abdicaria dos interesses dos seus representados (menores) em benefício dos seus interesses. Para poder continuar a exercer o “poder-dever” que a lei confere, teria que ver o seu interesse a ser sacrificado em prol dos interesses dos representados.

Nas palavras de J. A. Lopes Cardoso “a colisão de interesses entre representante e representado implica a impossibilidade de manter a representação em si mesma e determina o seu cometimento a outrem, tudo em vista a assegurar ao incapaz uma imparcial defesa dos seus direitos.”¹⁴⁰.

¹³⁸ Cfr. art. 100.º do CC.

¹³⁹ Cfr. n.º 4 do art. 7.º do RJPI.

¹⁴⁰ Vide J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.* I, p. 347.

Para evitar estas situações, em que o incapaz fique sem representante que defenda os seus interesses, o legislador previu, nos termos do n.º 1 do art. 7º do RJPI, a nomeação do curador especial ao incapaz, sempre que haja conflito de interesses. Todavia, o n.º 4 da mesma norma legal refere que é de a competência do Notário nomear o curador especial, aplicando-se sempre com as necessárias adaptações o CPC.

b) Cônjuge do herdeiro

A grande controvérsia doutrinal em torno da legitimidade para requerer processo de inventário centra-se no cônjuge do herdeiro. Questiona-se se o cônjuge do herdeiro também é interessado direto na partilha, tendo, desse modo, legitimidade para requerer o processo de inventário.

Este tema é alvo de controvérsia também na jurisprudência, já anteriormente à vigência do CPC de 1939.

Com o casamento, o cônjuge adquire a qualidade de afim dos parentes do outro (art. 1584.º do CC), mas é certo que a afinidade não confere a qualidade de herdeiro. Todavia, por força do regime matrimonial de bens, há efeitos patrimoniais que permitem questionar se o cônjuge do herdeiro terá também interesse direto na sucessão.

Fazendo uma breve síntese histórica, o disposto do n.º 2 do art. 1369.º do então CPC de 1939 estabelecia que “A palavra interessado abrange o herdeiro, o meeiro do inventariado e as pessoas contempladas com o usufruto de parte da herança, sem determinação de valor ou de objeto.”. Esta norma, que determinava a legitimidade, era suscetível de diversas interpretações. Se por um lado, uns se pronunciavam negativamente, no sentido de interpretarem a expressão contida no seu então art. 1369.º, n.º 2 “meeiro do inventariado”, excluindo o meeiro de qualquer herdeiro, outros fundado a sua posição na impossibilidade legal de se fazer partilha amigável da herança sem a presença do cônjuge, atribuíam-lhe legitimidade para requerer o processo de inventário. Uma terceira posição defendia que o cônjuge do herdeiro poderia requerer o inventário caso o regime de bens que vigorasse entre o casal fosse o da comunhão de bens, sendo o cônjuge do herdeiro também ele considerado um interessado direto na partilha. Todavia, o então art. 1371.º mandava citar os cônjuges do herdeiro, exceto se o casal tivesse casado

sob o regime da separação absoluta de bens. A ausência desta citação era equiparada à dos próprios herdeiros.

Dada a divergência jurisprudencial, o Assento do STJ, em 12 de janeiro de 1965, fixou a seguinte jurisprudência: “No domínio do Código de Processo Civil de 1939 o cônjuge meeiro do herdeiro é também parte principal no processo de inventário.”¹⁴¹.

Na vigência do CPC de 1961, aprovado pelo DL n.º 44/129, de 28 de dezembro de 1961, no seu art. 1326.º, n.º 2, referia que “O processo de inventário pode ser requerido pelas pessoas diretamente interessadas na partilha (...)”, indicando quais eram as pessoas diretamente interessadas na partilha, no preceito legal seguinte. Nos termos do disposto do n.º 1 do art. 1329.º mandava citar “(...) as pessoas com interesse direto na partilha e os seus cônjuges (...)”. Ora, este preceito normativo ao referir “e os seus cônjuges”, claramente demonstrava que os cônjuges dos herdeiros não eram considerados como interessados diretos na partilha.

Porém, o DL n.º 227/94, de 8 de setembro, que reformulou a tramitação do processo de inventário, passou a regular a matéria das citações dos interessados diretos no artigo 1341º. O intuito desta norma, ao mandar citar o cônjuge dos herdeiros, independentemente do regime matrimonial, visava assegurar a legitimidade dos próprios herdeiros¹⁴².

Todavia, embora o CPC de 1961 viesse a sofrer algumas alterações relativamente à anterior redação (CPC de 1939), uma parte da doutrina¹⁴³ manteve a mesma posição ao considerar que o cônjuge do herdeiro apenas teria um interesse direto na partilha caso fosse casado no regime da comunhão geral de bens. Só neste regime de comunhão o herdeiro comunica ao seu cônjuge a metade dos direitos e bens que adquire por via sucessória. O cônjuge do herdeiro tem direito à sua meação também nesses bens herdados, que se comunicam por força do regime de bens. Por isso, pelo facto de o cônjuge do herdeiro ser meeiro, este terá os mesmos direitos sucessórios que o seu cônjuge (herdeiro).

A interpretação do artigo em análise era entendida e determinada pelo direito substantivo e pelo critério, que outrora, determinava a obrigatoriedade ou não de

¹⁴¹ Cfr. Assento do STJ, em 12 de janeiro de 1965, proferido no proc. n.º 058561, publicado no BMJ n.º 143, p.97.

¹⁴² Neste sentido, *vide* J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.*, p.90.

¹⁴³ Ver, por todos, J.A. Lopes Cardoso, *ob. cit. I*, pp. 90 - 92.

inventário, sendo que esse critério assentava na possibilidade ou impossibilidade de se fazer partilha amigável na herança¹⁴⁴.

Todavia, o atual regime do processo de inventário, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março, apenas determina na al. a) do n.º 1 do seu art. 4.º que têm legitimidade para requerer que se proceda a inventário os interessados diretos na partilha, nada indicando quanto à legitimidade do cônjuge do herdeiro.

Uma parte da doutrina¹⁴⁵ e da jurisprudência¹⁴⁶ têm entendido que o cônjuge do herdeiro tem legitimidade para requerer o inventário apenas quando tiver um interesse direto na partilha, o que depende do regime de bens que vigorar no casamento. Ora, para aqueles, esse interesse direto ocorre apenas quando o casal tenha celebrado o casamento segundo o regime da comunhão geral de bens, porque neste regime se comunica a metade dos bens que adquire por via da sucessão.

Assim, nem todo o cônjuge meeiro do herdeiro terá um interesse direto na partilha, pois existem dois tipos de regime de comunhão: a comunhão geral de bens e a comunhão de adquiridos. Em ambos os regimes existe um património comum do casal, mas os bens adquiridos por via sucessória não integram esse mesmo património comum em todos os regimes de comunhão, havendo especificidades próprias de cada regime.

Há quem defenda que o cônjuge do herdeiro, independentemente do regime matrimonial de bens, não tem legitimidade para requerer o processo de inventário¹⁴⁷.

Outra parte da doutrina¹⁴⁸, tem entendido que o cônjuge do herdeiro terá interesse direto no processo de inventário, quando a casa morada de família integrar na herança indivisa.

Para Lopes Do Rego, “são interessados directos na partilha da herança:

¹⁴⁴ *Idem*, pp. 90-92.

¹⁴⁵ Neste sentido, EDUARDO SOUSA PAIVA e HELENA CABRITA, *ob. cit.*, p. 21; DOMINGOS CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 42; NETO FERREIRINHA, *ob. cit.*, p. 199.

¹⁴⁶ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, em 3 de julho de 2012, (Relator Emídio Francisco Santos) proferido no proc.º n.º 45/10.2TJCBR-B.C1; Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, em 14 de fevereiro de 2013, (Relator José Amaral), proferido no proc. nº 1625/09, ambos disponíveis em www.dgsi.pt.

¹⁴⁷ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, em 23 de março de 1999, (Relatora Granja Fonseca), proferido no proc. n.º 798/98-3; Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, em 19 de setembro de 2000, proferido no proc. n.º 0020813, ambos consultados em www.dgsi.pt.

¹⁴⁸ CARLA CÂMARA, CARLOS CASTELO BRANCO, JOSÉ CORREIA e SÉRGIO CASTANHEIRA, *Regime Jurídico do Processo de Inventário Anotado*, Coimbra, Edições Almedina, 2013, p.43.

a) - o cônjuge do herdeiro, quando casado sob o regime de comunhão geral de bens, na medida em que os bens que integram o acervo hereditário fazem parte do património comum;

b) – e, eventualmente, o cônjuge do herdeiro, independentemente do regime de bens, se tiver interesse directo a defender em relação a certos bens, nomeadamente quando se trate de imóvel que constitua casa de morada de família, ou se, vigorando o regime de comunhão de adquiridos, estiver em causa a partilha de imóvel ou estabelecimento comercial, cuja concretização da partilha carece de consentimento conjugal nos termos do nº 1 do artigo 1682º-A do CC.”¹⁴⁹.

Partimos da premissa que a legitimidade do cônjuge do herdeiro para requerer o processo de inventário não é equiparada à do herdeiro, daí o legislador não o ter expressado diretamente no art. 4.º do RJPI. A questão central é perceber em que casos o cônjuge do herdeiro terá um interesse direto, pois só nesses casos terá legitimidade para requerer o processo de inventário.

Vejamos:

Relativamente ao regime da comunhão geral, de acordo com disposto do art. 1732º do CC, é constituído por todos os bens presentes e futuros dos cônjuges. Há, porém, exceções. Este regime caracteriza-se pelo facto de o património ser tendencialmente comum, isto é, todos os bens adquiridos anterior ou posteriormente ao casamento pertencem a ambos os cônjuges, considerando apenas bens próprios os que a lei determina, nomeadamente, no art. 1733.º do CC. Com efeito, a lista dos bens comunicáveis é taxativa. Porém, daquela mesma lista não consta os bens que sejam adquiridos por via da herança. Apenas não são comunicáveis os bens doados ou deixados, com cláusula de incommunicabilidade ou com cláusula de reversão ou fideicomissária, tal como resulta das als. a) e b) do art. 1733.º do CC.

Neste caso, concordamos com a maioria da doutrina que sustenta a legitimidade para requerer o processo de inventário ao cônjuge do herdeiro casado em comunhão geral

¹⁴⁹ Vide LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 1999, p. 695.

de bens. Para fundamentar esta posição, basta atentar que neste regime de bens se comunicam todos os bens adquiridos por via sucessória.

E mesmo que o autor da sucessão tenha excluído a comunicabilidade de todos os bens que o herdeiro venha a receber por sua morte, a conclusão anterior não se altera. Na verdade, do art. 1733.º do CC decorre que o autor da sucessão pode excetuar da comunhão bens deixados por via sucessória, ainda que a título de legítima, aplicando-lhe uma cláusula de incomunicabilidade ou de reversão ou fideicomissária. Caso todo o património que o herdeiro receba do autor da sucessão esteja gravado com alguma dessas cláusulas, ainda assim, em nosso entender, o cônjuge terá legitimidade para requerer o processo de inventário. Essa legitimidade funda-se não no facto de o património herdado ser bem comum do casal e o cônjuge do herdeiro ser meeiro, o que não acontece nestes casos, mas antes no facto de ter interesse direto na concretização do quinhão hereditário do seu cônjuge, dado que a frutificação desse património lhe aproveita (cfr. art. 1733.º n.º 2 do CC).

Em sentido divergente, Carlos Oliveira defende que o cônjuge que tiver sido casado no regime de comunhão geral de bens não terá legitimidade para requerer o processo de inventário, dado que o legislador quis restringir esta mesma legitimidade apenas aos herdeiros. O mesmo autor sustenta a sua posição entre o lapso temporal do DL n.º 47344/66 e o D.L. n.º 496/77, de 25 de novembro, em que não era reconhecida a qualidade de herdeiro legitimário ao cônjuge. Porém, após a entrada em vigor do D.L. n.º 496/77, de 25 de novembro, o cônjuge meeiro passou a ser reconhecido como herdeiro. Ainda assim o legislador manteve a menção do cônjuge meeiro no disposto do n.º 1 do art. 2101.º do CC, uma vez que, tal como refere Carlos Oliveira “(...) a herança do cônjuge falecido apenas corresponde a metade do património comum conjugal, pelo que a lei terá forçosamente de reconhecer a faculdade de fazer cessar a indivisão não apenas aos sucessores do cônjuge falecido, mas também ao outro titular do património indiviso – o cônjuge meeiro.”¹⁵⁰.

Não concordamos com a argumentação apresentada por este autor, na medida em que se o legislador quisesse circunscrever a legitimidade para requerer aos herdeiros, enquanto parentes do autor da sucessão, ao cônjuge e ao Estado, não teria tido necessidade de utilizar um conceito indeterminado de interessado direto. Parece-nos, salvo melhor

¹⁵⁰ CARLOS OLIVEIRA, *ob. cit.*, p. 59.

opinião, que com a utilização de tal conceito indeterminado se pretendia alargar o leque de pessoas com legitimidade, abrangendo todas as situações em que a tutela da sua posição jurídica exija a atribuição dessa legitimidade.

Pensemos no seguinte exemplo: A casado com B sob o regime da comunhão geral de bens, é chamado à sucessão de P, seu pai, a que foram chamados também C e D, seus irmãos. Entretanto, A e B divorciam. A não pretende pedir partilha por óbito de P, pois sabe que B terá direito à meação nesse património, que se comunicou por força do referido regime matrimonial. Parece-nos que B tem obviamente interesse direto nesta partilha por óbito de P, sob pena de não conseguir ver concretizado o seu direito à meação sobre um quinhão hereditário pertencente ao seu ex-cônjuge. E nem se diga que na partilha por divórcio entre A e B se pode partilhar o quinhão hereditário e só no caso desse quinhão hereditário ser atribuído a B exclusivamente é que a mesma teria legitimidade para requerer o processo de inventário. Se o quinhão hereditário é objeto da partilha por divórcio é porque B tem interesse direto em relação a tudo a que o mesmo diga respeito.

Passando para o regime da comunhão de adquiridos, regulado no artigo 1717.º e seguintes do CC, caracteriza-se pelo facto de existirem bens comuns do casal e bens próprios de cada um dos cônjuges. Integram os bens comuns todos aqueles que forem adquiridos na constância do matrimónio a título oneroso (artigo 1724º CC). Já os bens próprios abarcam todos os bens adquiridos antes da celebração do casamento ou depois da celebração do casamento a título gratuito, como é o caso da herança e da doação (artigo 1722º do CC). Este regime assenta na ideia de que se torna comum aquilo que representa o esforço patrimonial e a colaboração de ambos os cônjuges.

Neste regime, nos termos do disposto do art. 1722º, n.º 1, na al. b), do CC, os bens que advierem depois do casamento por sucessão ou por doação são bens próprios de cada cônjuge. Daí que o cônjuge do herdeiro, neste regime de bens, para uma parte importante da doutrina não tem um interesse direto na partilha, mas sim um interesse indireto, pois os direitos ou bens adquiridos pelo cônjuge são considerados próprios do outro cônjuge herdeiro.

Discordamos desta posição. Das als. a) e b) dos n.ºs 1 e 2 do art. 1682.º-A do CC resulta a necessidade de consentimento de ambos os cônjuges quando ocorrer alguma das situações previstas no preceito normativo. Ora, neste regime de bens, para alienar, onerar,

arrendar ou constituir outros direitos pessoais de gozo sobre bens imóveis próprios ou comuns (artigo 1682º, número 1, a)) ou sobre a casa morada de família (artigo 1682º, número 2 do CC), é necessário o consentimento de ambos os cônjuges.

Daqui decorre que se pretenderem fazer a partilha extrajudicial será necessário o consentimento do cônjuge do herdeiro. A partilha visa o preenchimento dos quinhões hereditários através da distribuição do património do autor da sucessão pelos herdeiros. Poderia pensar-se que se trata de uma aquisição de património e não de alienação ou oneração, pelo que não seria necessário o referido consentimento. Não é este o entendimento unânime dos Conservadores do Registo Predial. Na verdade, ao acordar numa forma de distribuição do património o herdeiro está em simultâneo a alienar e adquirir património. Até pode receber o seu quinhão todo em tornas, não adquirindo nenhum bem da herança.

Daí que na partilha por inventário, quando não há acordo de todos os interessados, se deva acautelar os interesses que o legislador em termos substantivos estabeleceu. E não há dúvida que o fez no caso da comunhão de adquiridos, mesmo sendo linear que os bens adquiridos por via sucessória são bens próprios do herdeiro. A justificação tradicional para tal tutela reside no facto de os frutos dos bens próprios, no regime de comunhão de adquiridos, serem bens comuns do casal, o que decorre do disposto nos arts. 1724.º, al. b), 1722.º al. a) *a contrario*, 1733.º, n.º 2, por força do art. 1699.º al. d), e 1728.º, n.º 1, do CC. Sofia Henriques defendeu ainda que a necessidade de se exigir o consentimento de ambos os cônjuges nestes casos se funda na ideia de decisão conjunta do casal quanto ao destino dos bens de cada cônjuge, por se tratarem de decisões importantes para a família, falando esta autora no “espírito comunitário na tomada das decisões”¹⁵¹.

Concluímos, do exposto, que quer o herdeiro, quer o seu cônjuge, quando casados em regime de comunhão geral ou comunhão de adquiridos, são considerados interessados diretos na partilha. Do mesmo modo, se aplica tal raciocínio a todos os regimes atípicos que contenham bens comuns.

¹⁵¹ SOFIA HENRIQUES, *Reflexos da atipicidade do Regime de bens no Estatuto Patrimonial dos Cônjuges*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, p. 305.

Finalmente, no regime da separação de bens, ou regimes atípicos que não tenham bens comuns, entendemos que só terá legitimidade para requerer o processo de inventário o cônjuge do herdeiro se nos bens a partilhar nesse processo se incluir a casa de morada de família. Essa legitimidade funda-se no art. 1682.º-A n.º 2 do CC, que assegura em termos de direito substantivo uma tutela reforçada da casa de morada de família mesmo ao cônjuge casado em separação de bens.

De outro modo, sendo negada a legitimidade para requerer processo de inventário ao cônjuge casado em separação de bens, como parece ser atualmente unânime na doutrina, se pode estar a restringir direitos ao cônjuge.

Pensemos no seguinte exemplo: A casado com B em separação de bens, é chamado à herança de seu pai, P. A e B residem numa casa propriedade de P, que lhes foi emprestada desde o casamento. São chamados à herança de P, C e D, filhos de P e irmãos de A. A e B têm tido alguns desentendimentos e B pretende acautelar os direitos sobre a casa de morada de família decorrentes do art. 1793.º. Por essa norma, poderá ser-lhe atribuído o direito de arrendamento da casa de morada de família, mas apenas se tal bem, à data do divórcio, pertencer ao outro cônjuge. Se tal bem ainda pertencer à herança indivisa, já não será possível acionar o art. 1793.º. Daí que faça sentido atribuir-lhe legitimidade para requerer o processo de inventário, do mesmo modo que na partilha extrajudicial tem que prestar o seu consentimento.

c) Cessionário do direito à herança

Como vimos no subcapítulo referente aos interessados diretos, a al. a) do art. 4.º do RJPI, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março determina que, para além dos co-herdeiros e do cônjuge meeiro, também abrange outras figuras jurídicas, uma vez que o termo “interessado” é bastante *latu*, integrando assim neste conceito a posição do cessionário do direito à herança.

Nestes termos, a herança pode ser alienada na sua totalidade ou em quotas¹⁵² após a liquidação e a partilha. Porém, a alienação também pode respeitar a herança ou quotas ainda não liquidadas ou não partilhadas.

¹⁵² Segundo PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit.* VI, p. 203, esclarecem que “A alienação da herança (...) abrange não apenas a transmissão da herança na totalidade, ou seja, a alienação da herança aceite pelo único herdeiro, ou aceite pelo conjunto de todos os co-herdeiros alienantes, mas também (...) o caso da alienação *da parte da herança* (quinhão hereditário) que caiba a *um só* ou *apenas a alguns* dos co-herdeiros.”.

Neste último caso, em que há indivisão do património do autor da herança, por ainda não se ter realizado a partilha, cada herdeiro, após a aceitação da herança, tem direito ao seu quinhão hereditário¹⁵³, que poderão dispor como entenderem.

Neste sentido, Oliveira Ascensão refere que, “*Mas, havendo indivisão, cada herdeiro não está inibido de dispor dos direitos que adquiriu com a aceitação, independentemente da liquidação do património hereditário.*”¹⁵⁴.

Deste modo, qualquer herdeiro poderá transmitir a outra pessoa (seja um co-herdeiro, seja a um terceiro) o seu direito à herança ou ao quinhão hereditário.

Ora, este mecanismo da transmissão da herança ou da quota-parte da mesma designa-se por cessão ou alienação da herança, que se encontra prevista no art. 2124.º e seguintes do CC.

De acordo com o art. 2124.º do CC, a cessão do quinhão hereditário pode ser adquirida de forma onerosa (Ex: compra e venda ou dação em cumprimento) ou gratuita (Ex: doação ou testamento), dado que a presente disposição estabelece que “A alienação da herança ou de quinhão hereditário está sujeita às disposições reguladoras do negócio jurídico que lhe der causa (...)”.

Com efeito, a lei determinou um regime especial para a figura da alienação do quinhão hereditário, atendendo à especialidade do seu objeto.

A este respeito, o art. 2125.º do CC determina algumas presunções legais relativamente ao objeto da cessão ou alienação do quinhão hereditário.

Do disposto do n.º1 da presente norma legal, presume-se transmitido com a herança ou quota hereditária todo o benefício resultante da caducidade de um legado, encargo ou benefício¹⁵⁵. Em sentido contrário, o disposto do n.º 2 prevê uma presunção de que está excluído da cessão a parte hereditária devolvida ao alienante, depois da alienação, em consequência do fideicomisso e do direito acrescer¹⁵⁶. Quanto à última disposição, no n.º 3, presume-se, de igual modo, que estão excluídos da alienação os

¹⁵³ CAPELO DE SOUSA, *ob. cit.* II, p. 90, esclarece que o quinhão hereditário corresponde “(...) à respectiva quota parte ideal da herança global em si mesma. Direitos estes que tais herdeiros têm a propriedade.”.

¹⁵⁴ Cfr. OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, p.497.

¹⁵⁵ Cfr. n.º 1 do art. 2125.º do CC.

¹⁵⁶ Cfr. n.º 2 do art. 2125.º do CC.

Para uma melhor compreensão, *vide* exemplo expreso referente a esta disposição, em JORGE DUARTE PINHEIRO, *ob. cit.*, p. 452.

Sobre esta disposição, OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, pp.499-500, entende que “A mesma presunção deve estender ao direito de não decrescer, apesar de a estrutura deste já ser diversa.”.

diplomas e correspondências do falecido, bem como as recordações de família de diminuto valor económico¹⁵⁷.

Porém, em todas as demais situações, o objeto da cessão abrange todo o património do autor da herança ou o quinhão hereditário que pertence ao herdeiro, que, neste caso, será o alienante¹⁵⁸.

Dito por outras palavras, a transmissão afeta toda a herança na sua totalidade ou parte dela ou a quota hereditária, não podendo visar somente determinados bens ou direitos da herança.

Verificamos, assim, que qualquer herdeiro pode alienar a herança ou o quinhão hereditário a outro herdeiro ou a terceiro e que o efeito principal dessa cessão se caracteriza pela transferência do objeto do negócio jurídico que lhe der causa, transferindo-se, naturalmente, do cessante para o cessionário^{159 160}.

Nesta perspetiva, interessa-nos saber se um co-herdeiro, interessado direto no processo de inventário, ao ceder o seu quinhão hereditário indiviso a um terceiro adquirente, este também poderá vir a ter legitimidade para requerer o inventário.

Conforme Capelo de Sousa refere na sua obra “Pela alienação da herança total ou de quota de herança partilhada transmitem-se os direitos às respectivas universalidades e, consequentemente, os direitos a cada uma das coisas que as constituem. Pela alienação de quinhão hereditário indiviso transfere-se para o adquirente o direito do quinhão em causa, que abrange(...) direitos de gestão(...), direitos à recepção de rendimentos(...) e direitos de exigir a partilha e de composição da quota(...)”¹⁶¹.

No mesmo sentido, Jorge Duarte Pinheiro também menciona que “Em princípio, a alienação de herança abrange todos os direitos e obrigações que cabiam ao alienante, na qualidade de herdeiro. Abrange, designadamente: O direito de exigir a partilha; o direito de exigir a redução de liberalidades; e a obrigação de colação e imputação de liberalidades na legítima subjectiva.”¹⁶².

Todavia, tal como refere este último autor, a alienação da herança compreende não só os direitos, mas também as obrigações que recaem sobre o cedente.

¹⁵⁷ Cfr. n.º 2 do art. 2125.º do CC.

¹⁵⁸ A este propósito, JORGE DUARTE PINHEIRO, *ob. cit.*, p. 451, menciona que “o objeto da alienação é, normalmente, todo o património hereditário que cabe ao alienante e não apenas o existente à data da transmissão da herança ou do quinhão hereditário.”

¹⁵⁹ Cedente ou alienante é quem transmite a herança ou quota hereditária e o cessionário ou o adquirente é quem recebe.

¹⁶⁰ Cfr. CAPELO DE SOUSA, *ob. cit.* II, p.98.

¹⁶¹ *Idem.*

¹⁶² *Vide* JORGE DUARTE PINHEIRO, *ob. cit.*, p.450.

Assim sendo, de acordo com o art. 2128.º do CC, também o adquirente de herança ou do quinhão hereditário sucede nos encargos respetivos, não obstante o alienante responder solidariamente por tais encargos face aos credores da herança, sem prejuízo do direito de regresso perante o adquirente pelo reembolso total do que houver dispendido.

Desta forma, atendendo às considerações que mencionámos *supra* e às posições defendidas pelos autores acima referidos, o cessionário que receber o quinhão hereditário ou o direito à herança que cabia ao cedente, ficará colocado na mesma posição que este ocupava relativamente à herança, passando a usufruir dos mesmos direitos e obrigações a que pertenciam ao alienante¹⁶³.

Assim sendo, dado que ao cedente, na qualidade de herdeiro, é lhe reconhecido o direito de exigir a partilha e ficando o cessionário a ocupar a mesma posição que aquele pertencia na herança, evidentemente que este passa a poder requerer o processo de inventário, tendo-lhe sido transmitido legitimidade para tanto¹⁶⁴.

Com efeito, de acordo com o art. 2126.º do CC, bastará ao cessionário apresentar uma escritura pública ou um documento particular autenticado (se existirem bens imóveis)¹⁶⁵ ou um documento particular (apenas seja transmitido coisas móveis)¹⁶⁶, onde conste a cessão a seu favor, para que, com base nela, seja considerado na mesma qualidade que o cedente, ou seja, a qualidade de interessado direto, podendo, consequentemente, requerer o processo de inventário. Assim, o cessionário adquire legitimidade para requerer o inventário não por ser um co-herdeiro, mas por ter habilitado como sucessor do cedente, tendo por base um negócio jurídico, equiparando-se a um interessado direto na partilha, mas por passar a titular todos os direitos que gozava o cedente, até então.

¹⁶³ De igual modo, OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, p. 498, explica-nos que “O adquirente tem, porém, em princípio, todos os poderes da sua posição que caberiam ao alienante.”

¹⁶⁴ Vide TOMÉ D’ ALMEIDA RAMIÃO, *ob. cit.*, p.34, que refere “Também o adquirente de quinhão hereditário, porque colocado na posição do herdeiro, tem legitimidade para requerer o inventário, visto que o co-herdeiro pode alienar o seu quinhão hereditário (art.º 2124.º do Cód.Civil), caso em que aquele adquirente fica sub-rogado nos direitos do herdeiro e, consequentemente, pode pedir a partilha.”

No mesmo sentido, o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 7 de outubro de 2008, (Relator Tomé Gomes), proferido no proc. n.º 6830/2008-7, fundamentam que “Ao cessionário de quinhão hereditário assiste legitimidade para requerer o inventário nos precisos termos em que assistia ao herdeiro cedente, legitimidade essa que deve ser aferida em função da nova titularidade derivada da cessão.”

¹⁶⁵ Cfr. n.º 1 do art. 2126.º do CC.

¹⁶⁶ Cfr. n.º 2 do art. 2126.º do CC.

Sobre esta disposição, PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit.* VI, p. 206, referem que “Este requisito formal, mais rigoroso ainda do que a resultante do disposto no art. 947.º para a *doação* de coisas móveis, porque abrange, além do mais, a própria alienação a título oneroso, só encontra explicação no *perigo especial* que estas alienações de herança revestem para o alienante e na necessidade de o cautelar contra a sua própria precipitação ou ligeireza de espírito.”

A este propósito, segundo Lopes Cardoso “(...) o cessionário desde que tenha a seu favor uma escritura donde conste a cessão, pode, com base nela, requerer inventário, considerando-se na mesma qualidade que o cedente (...)”¹⁶⁷.

Assim sendo, caberá ao cessionário, novo titular ou co-titular de o quinhão hereditário provar os factos constitutivos da sua aquisição do direito ou bem, apresentando a habilitação de herdeiro ou promovendo a mesma em sede de incidente, que poderá ocorrer em qualquer altura, enquanto a sentença homologatória da partilha não for transitada.

Vejamos estas duas hipóteses: a primeira, no caso da cessão do quinhão hereditário tenha ocorrido antes de correr o processo de inventário, a habilitação deverá ser requerida no momento das declarações do cabeça de casal, mediante a apresentação do respetivo título de aquisição ou cessão, para fazer prova de que o cessionário é o novo co-titular da quota e, conseqüentemente, o novo interessado direto, conforme o disposto da al. d) do n.º 2 do art. 24.º do RJPI, ou o próprio cessionário poderá requerer a habilitação, no sentido de ficar a ocupar a posição do cedente, pelos termos do art. 9.º do RJPI, sob pena do transmitente ou cedente continuar a ser o interessado com legitimidade para intervir no processo, enquanto não for substituído.

Já quanto à segunda hipótese, em que terá que haver lugar à habilitação do cessionário, uma vez que a alienação do quinhão hereditário ocorreu após se ter apresentado o processo de inventário num Cartório Notarial, a título de incidente, nos termos do n.º 7 do art. 11.º do RJPI. Como a própria norma indica “a habilitação do cessionário faz-se (...) nos termos gerais”.

Ora, os “termos gerais” fazem-nos remeter para o Código Processo Civil, mais especificamente para o seu art. 356.º, n.º 2, que remete para a al. a) do n.º 1. Cumprindo o formalismo do preceito normativo, a habilitação, a título incidental, poderá ocorrer de duas formas: por termo de cessão lavrado no processo¹⁶⁸ ou mediante a junção de requerimento de habilitação, com a apresentação do respetivo título de aquisição ou cessão¹⁶⁹. O requerimento de habilitação é sempre apresentado ou pelo cedente ou pelo cessionário, uma vez que mais nenhum interessado tem legitimidade para requerer.

¹⁶⁷ Vide LOPES CARDOSO (1990) e LOPES CARDOSO (2015), *ob. cit.* I, p. 179 e p. 301, respetivamente.

¹⁶⁸ Em sentido contrário, DOMINGOS SILVA CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 107, considera que “(...) integrando o direito à herança direitos de propriedade sobre imóveis, será questionável se a sua cessão se poderá fazer por simples termo ou apenas por escritura pública.”

¹⁶⁹ Cfr. EDUARDO SOUSA PAIVA E HELENA CABRITA, *ob. cit.*, pp 36 e 37; DOMINGOS SILVA CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, pp. 106 e 107.

A questão que colocámos para o cônjuge do herdeiro é também válida para este caso, isto é, se o cônjuge do cessionário também ele poderá requerer o processo de inventário.

Ora, se o cedente alienar a sua quota hereditária, derivada do acervo hereditário do *de cujus*, o cessionário passa a ocupar o lugar da posição que aquele detinha relativamente à herança, acarretando todos os direitos e deveres.

Se o cessionário adquire a legitimidade para requerer o inventário nos mesmos termos precisos em que o co-herdeiro cedente, aferida pela titularidade que deriva da escritura pública da cessão, o cônjuge do cessionário assistirá, de igual forma, à legitimidade para requerer.

Aplica-se o mesmo raciocínio que utilizámos para o cônjuge do herdeiro. Nos casos em que o cessionário e o seu cônjuge sejam casados sob o regime da comunhão geral de bens, o direito ou o bem cedido àquele comunica-se ao cônjuge.¹⁷⁰

Já mencionamos que este regime é constituído por todos os bens presentes e futuros à data da constância do casamento, exceto todos aqueles que se encontram estipulados no artigo 1733º do CC, como sendo os bens incomunicáveis. Se é verdade que é através da comunhão que o herdeiro comunica ao seu cônjuge metade dos seus direitos e bens, e pelo regime da comunhão geral de bens não vislumbramos que o bem cedido de um herdeiro a um terceiro seja incomunicável, infere-se que os bens adquiridos em virtude do negócio jurídico da cessão ou alienação, pelo regime da comunhão geral de bens comunica-se ao cônjuge do cessionário, tendo aquele um interesse direto e, consequentemente, poderá requerer o processo de inventário.

Todavia, o legislador criou um mecanismo de defesa perante terceiros estranhos à partilha indivisa, que encontra a sua disposição regulada no art. 2130.º do CC e no art.

¹⁷⁰ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, em 7 de outubro de 2008, (Relator Tomé Gomes), proferido no proc. n.º 6830/2008), consultado em www.dgsi.pt que decidiu: “Ao cessionário de quinhão hereditário assiste legitimidade para requerer o inventário nos precisos termos em que assistia ao herdeiro cedente, legitimidade essa que deve ser aferida em função da nova titularidade derivada da cessão; E igualmente assistirá legitimidade ao cônjuge do cessionário, nos casos em que o direito cedido se lhe comunique, mormente por força do regime matrimonial de bens”.

No mesmo sentido, Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, em 4 de abril de 2017, (Relator Fontes, Ramos), proferido no proc. n.º 498/15.2T8MRG, consultado em www.dgsi.pt, que também decidiu “Para efeitos do art.º 1327º, n.º 1, do CPC de 1961, a expressão interessada abrange, nomeadamente, o herdeiro e o meeiro do inventariado, sendo que o meeiro do inventariado é tão interessado no inventário como qualquer herdeiro;

Relativamente à cessão do direito à herança (ou do direito à meação na herança ilíquida e indivisa), o cessionário, desde que tenha a seu favor uma escritura donde conste a cessão, pode, com base nela, requerer inventário, considerando-se na mesma qualidade que o cedente.”

12.º do RJPI. O preceito normativo do CC, no n.º 1 alude que “Quando seja vendido ou dado em cumprimento a estranhos um quinhão hereditário, os co-herdeiros gozam do direito de preferência nos termos em que este direito assiste aos comproprietários.”¹⁷¹.

Neste sentido, o n.º 1 do art. 12.º do RJPI vem reforçar a existência do Direito de Preferência que os outros co-herdeiros podem vir a exercer quando se verifique a venda ou dação em cumprimento feita por um dos herdeiros a um terceiro adquirente estranho ao quinhão hereditário. Porém, se o ato pelo qual se realize a transmissão do quinhão hereditário a co-herdeiros, a preferência não existe¹⁷².

O intuito desta norma pretende não só evitar a intromissão de pessoas alheias à herança como também impedir que o património hereditário do *de cuius* vá parar a outras pessoas que não os próprios herdeiros, pois, se assim não fosse, um terceiro que fosse somente um mero adquirente de um quinhão ou de diversas quotas hereditárias, poderia vir a alterar a divisão do património familiar na partilha.

Nas palavras de Pires de Lima e Antunes Varela, “O direito de preferência, que o artigo 2130.º concede aos co-herdeiros na venda ou dação em cumprimento a estranhos do quinhão hereditário de qualquer deles nasce do interesse que a lei tem de reunir nas mãos do menor número deles a titularidade dos diversos quinhões em que a sucessão fraccionou a unidade da herança.”¹⁷³.

¹⁷¹ Naturalmente, o Direito de Preferência só é concedido aos co-herdeiros, tal como PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit. VI*, p. 211, comentam “(...) *àqueles que forem herdeiros à data* da realização da venda ou dação em cumprimento em relação à qual se pretende exercer a preferência – e já não *àqueles* que, tendo sido anteriormente herdeiros, tiveram, entretanto, vendido (ou dado em cumprimento) o seu quinhão hereditário.”

¹⁷² CAPELO DE SOUSA, *ob. cit. II*, p. 101, *nota 720*, demonstrou que “Se a venda ou a dação em cumprimento foram feitas a co-herdeiros, não há direito de preferência. No art. 111.º do Anteprojecto GALVÃO TELLES, o direito de preferência verificava-se também nesta hipótese, mas na 1.ª Revista Ministrál (artigo 2187.º) optou-se pelo regime que veio a tomar forma legal, e que visa apenas obstaculizar a entrada de estranhos na titularidade de herança indivisa e não também permitir a igualização de quotas dos co-herdeiros.”

No mesmo sentido, PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit. VI, idem*, comentam que “Tal como acontece na compropriedade, o direito de preferência não tem lugar na venda ou dação em cumprimento do quinhão hereditário feita por um dos herdeiros a qualquer dos co-herdeiros. A preferência só tem cabimento, como neste artigo 2130.º expressamente se diz, na venda ou na dação em cumprimento do quinhão hereditário a estranhos”.

¹⁷³ Cfr. PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *ob. cit.*, p. 211.

2.2.3 – Casos especiais de legitimidade para requerer

2.2.3.1 – Se não existirem herdeiros legitimários, poderão requerer os legatários?

Todavia, tal preceito leva-nos a crer que só há intervenção dos legatários e dos donatários quando existam herdeiros legitimários. Caso contrário, isto é, quando estes não existam, aqueles terão legitimidade para requerer.

Segundo a opinião de Eduardo Sousa Paiva e Helena Cabrita, este raciocínio lógico-dedutivo é merecedor de algumas considerações. Estes autores entendem que o donatário não tem legitimidade para requerer o inventário, pois como referem na sua obra *“ao donatário, este, na maior parte dos casos, não só não recebeu o bem doado, como tal bem é certo e determinado, pelo que a partilha não é necessária nem para definir os bens que caberão ao donatário, nem para que este os venha a receber.”*. Já quanto aos legatários, o raciocínio não é o mesmo. *“O artigo 2265.º, n.ºs 1 e 2, do CC dispõe que, na falta de disposição em contrário, o cumprimento do legado incumbe aos herdeiros, podendo o testador impor o cumprimento do mesmo (...) a alguns dos legatários(...) cabendo o cumprimento do legado a um (ou mais) herdeiros ou legatários, o legatário (nos mesmos termos que assinalámos acima quanto aos donatários) não tem necessidade da partilha para receber o seu legado, pelo que igualmente não legitimidade (...)”*¹⁷⁴.

Com o devido respeito, não podemos seguir a posição destes dois autores, uma vez que o legatário, nos termos do n.º 2 do artigo 2030.º do CC *“(...) sucede em bens ou valores determinados.”*, ao contrário do herdeiro, que sucede na totalidade ou numa quota do património do falecido¹⁷⁵.

2.2.3.2 – Usufruto de parte da herança, sem determinação de valor ou objeto

O disposto no n.º 4 do art. 2030.º do CC refere que *“O usufrutuário, ainda que o seu direito incida sobre a totalidade do património, é havido como legatário.”*. Constatamos, assim, que o usufrutuário se insere na qualificação de legatário.

¹⁷⁴ Cfr. EDUARDO SOUSA E PAIVA E HELENA CABRITA, *ob. cit.*, p. 53 e 54.

No sentido contrário, A. LOPES CARDOSO, *ob. cit. I*, p. 321, menciona que *“A também eventual necessidade de exigir ao herdeiro a entrega do legado (CCiv., art.s 2265 e 2270.º) não exige inventário, mas acção adrede intentada.”*

¹⁷⁵ Para a definição de quota do património, vide DUARTE PINHEIRO, *ob. cit.*, p.61; CRISTINA ARAÚJO DIAS, *ob. cit.*, p. 62.

Todavia, na presente epígrafe mencionamos que esta figura jurídica, o usufrutuário de parte da herança, sem determinação de valor ou objeto, é outro caso excecional em que é reconhecida a legitimidade para requerer no processo de inventário.

Como é que, afinal, o usufrutuário que é considerado um legatário pode ter legitimidade para requerer?

É esta questão que nos importa analisar.

Nos termos do art. 1439.º do CC “Usufruto é o direito de gozar temporária e plenamente uma coisa ou direito alheio, sem alterar a sua forma ou substância.”, podendo ser constituído por contrato por contrato, testamento, usucapião ou disposição da lei, conforme estabelece o artigo seguinte¹⁷⁶.

Nas palavras de Capelo de Sousa, “(...) o usufrutuário de herança não sucede na totalidade ou numa quota do património hereditário, mas apenas *acquire* «mortis causa» um *direito*(...) *determinado*, que, embora possa abranger um número indeterminado de bens, não abrange o direito de propriedade sobre a raiz desses bens(...)”¹⁷⁷.

Com efeito, ainda que o usufrutuário venha a suceder por testamento ou por contrato na totalidade da herança ou numa parte da mesma, ele apenas *acquire* um certo e determinado direito, direito esse de usufruto¹⁷⁸, não incluindo demais direitos ou bens.

Contudo, a qualificação do usufrutuário foi sempre suscetível de discussões por parte da doutrina até à Comissão Revisora do Código Civil de 1966, acabando por predominar a qualificação de legatário à posição do usufrutuário. Porém, em determinadas situações pontuais, a lei admite que se atribua ao usufrutuário da quota do património o regime da herança, isto é, tratando aquele como sendo herdeiro, apenas para determinados efeitos jurídicos circunscritos.

Neste sentido, prescreve o art. 2249.º do CC que “É extensivo aos legados, no que lhes for aplicável, e com as necessárias adaptações, o disposto sobre a aceitação e repúdio da herança.”.

Ora, no que diz respeito à legitimidade para requerer no processo de inventário, a al. a) do art. 4.º do RJPI dispõe que pode ser requerido pelas pessoas diretamente interessados, não mencionado especificamente, (como analisámos anteriormente) apenas o cônjuge meeiro e os co-herdeiros.

¹⁷⁶ Vide art. 1440.º do CC.

¹⁷⁷ Vide CAPELO DE SOUSA, *ob. cit.* I, p. 78.

¹⁷⁸ O direito de usufruto é um direito temporário, dado que se extingue com a morte do usufrutuário, de acordo com o art. 1443.º e al. a) do n.º 1 do art. 1476.º, ambos do CC.

Desta forma, a maioria dos autores no Direito das Sucessões tende a considerar o usufrutuário de parte da herança, sem determinação de valor ou objeto um interessado direto, visto que, por razões práticas, pode vir cessar a indivisão do património hereditário, pois o que está em causa, como descreve Oliveira Ascensão “(...) não é a qualificação como herdeiro, mas o ser participante numa situação de indivisão. A indivisão não é exclusivo da propriedade.”¹⁷⁹.

Concluimos, assim, que o usufrutuário de parte da herança, para efeitos de inventário, é considerado um interessado direto e por conseguinte, deve ter legitimidade para requerer¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Cfr. OLIVEIRA ASCENSÃO, *ob. cit.*, pp. 524-525.

No mesmo sentido, CAPELO DE SOUSA, *ob. cit.* I, p. 80, mencionando que “Ora, o usufrutuário de quota da herança é interessado na partilha e como pode ser muito prejudicial com ela, é um interessado directo (...)”.

De igual modo, DOMINGOS SILVA CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 35, esclarece que “(...) não há dúvida que só através da instauração do processo de inventário poderá o instituído usufrutuário de parte da herança sem determinação de valor ou objeto ver concretizados os bens sobre os quais vai incidir o seu direito de usufruto.”.

¹⁸⁰ Nesta perspetiva, *Vide* DOMINGOS SILVA CARVALHO DE SÁ, *ob. cit.*, p. 34; TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *ob. cit.*, p.34; J. A. LOPES CARDOSO, *ob. cit.*, p. 177.

CONCLUSÕES

1)

A Lei nº 23/2013 de 5 de março, aprovou o Regime Jurídico do Processo de Inventário (RJPI), com inovações relativamente ao regime anterior, assumindo o processo de inventário natureza mista ou complexa.

O tema escolhido para este trabalho de investigação centrou-se na análise do disposto do n.º 1 do art. 4.º do RJPI, que trata da legitimidade para requerer o processo de inventário.

Importa agora realçar as conclusões alcançadas ao longo deste trabalho.

Da referida norma, resultam, efetivamente, dois tipos de legitimidade: a *legitimidade para requerer*, estabelecida no seu n.º 1 e a *legitimidade para intervir* no processo, que decorre nos seus n.ºs 2 e 3.

A norma do n.º 1 enuncia duas categorias de pessoas com legitimidade para requerer o processo de inventário: por um lado, os interessados diretos na partilha [al. a)], por outro, quem exerce as responsabilidades parentais, o tutor ou o curador, consoante os casos, quando a herança seja deferida a incapazes ou a ausentes em parte incerta [al. b)].

O conceito de “interessados diretos” carece de ser concretizado, importando compreender e definir a sua abrangência, e concretizar o seu espectro normativo.

Na verdade, verifica-se, desde logo, que a al. a) do n.º 1 do art. 4.º do RJPI tem como intuito adjetivar o direito material que se encontra estatuído no n.º 1 do art. 2101.º do CC “Qualquer co-herdeiro ou cônjuge meeiro tem o direito de exigir a partilha quando lhe aprouver.”.

A correlação entre o direito de exigir a partilha e a legitimidade para requerer o processo de inventário assenta nas pessoas diretamente interessadas na partilha que são, em primeira linha, os herdeiros ou o cônjuge meeiro do autor da herança.

A doutrina é unânime em considerar que são interessados diretos na partilha os herdeiros, cônjuge meeiro e o adquirente do quinhão hereditário.

É, porém, controversa a posição em torno da legitimidade do cônjuge do herdeiro para requerer o inventário, o que postula a questão de saber se também ele é ainda um interessado direto na partilha, sendo que as soluções doutrinárias partem essencialmente do regime de bens do casamento.

A questão central é perceber em que casos o cônjuge do herdeiro terá um interesse direto, pois só nesses casos terá legitimidade para requerer o processo de inventário.

Entendemos, como a maioria da doutrina, que a legitimidade do cônjuge do herdeiro para requerer o processo de inventário não é equiparada à do herdeiro. Porém, diferentemente do que tem sido defendido entre nós, entendemos que, independentemente do regime de bens do casamento, o cônjuge do herdeiro terá um interesse direto, em determinados casos especiais.

2)

O cônjuge do herdeiro, casado em regime de comunhão geral de bens, tem legitimidade para requerer o inventário, porque é interessado direto na partilha.

Relativamente ao regime da comunhão geral, dado que o património é tendencialmente comum, com algumas exceções, nomeadamente, no art. 1733.º do CC, sustentamos a posição de que o cônjuge do herdeiro casado em comunhão geral terá legitimidade para requerer o processo de inventário. Efetivamente, neste regime de bens comunicam-se todos os bens adquiridos por via sucessória, pelo que o quinhão hereditário carecido de concretização em partilha é bem comum do casal. E mesmo nos casos em que o autor da sucessão tenha excluído a comunicabilidade de todos os bens que o herdeiro venha a receber por sua morte (ainda que a título de legítima), esta posição não se altera. O mesmo se passa se apuser uma cláusula de reversão ou fideicomissária. Mesmo que todo o património que o herdeiro receba do autor da sucessão esteja gravado com alguma dessas cláusulas, ainda assim, em nosso entender, o cônjuge terá legitimidade para requerer o processo de inventário. Essa legitimidade funda-se não na comunicabilidade dos bens herdados sendo o cônjuge do herdeiro meeiro, o que não acontece nestes casos, mas antes no facto de ter interesse direto na partilha, entendida como concretização do quinhão hereditário do seu cônjuge, por os frutos desse património reverterem para o património comum do casal (cfr. art. 1733.º n.º 2 do CC).

3)

Sendo o cônjuge do herdeiro casado em regime da comunhão de adquiridos tem-se admitido ser interessado direto na partilha e, por isso, ter legitimidade para requerer o processo de inventário, quando da herança façam parte bens imóveis ou estabelecimentos comerciais, atento o que dispõe o artigo 1682-A CC.

Neste regime de bens, do artigo 1722º, no n.º 1, na al. b), do CC decorre que os bens que advierem depois do casamento por sucessão ou por doação são bens próprios de cada cônjuge. Das als. a) e b) dos n.ºs 1 e 2 do art. 1682º-A do CC resulta a necessidade de consentimento de ambos os cônjuges para alienar, onerar, arrendar ou constituir outros direitos pessoais de gozo sobre bens imóveis próprios ou comuns [art. 1682º, n.º 1, a)] ou sobre a casa morada de família (art. 1682º, n.º 2 do CC). Na partilha extrajudicial será necessário o consentimento do cônjuge do herdeiro. A partilha, ao visar o preenchimento dos quinhões hereditários através da distribuição do património do autor da sucessão pelos herdeiros, não é apenas uma forma de aquisição de património, mas antes uma forma de distribuição do património em que o herdeiro está em simultâneo a alienar e adquirir património. Pode acontecer que o herdeiro receba o seu quinhão todo em tornas, não adquirindo nenhum bem da herança.

Na partilha por inventário, quando não há acordo de todos os interessados, tem que se acautelar os interesses que o legislador estabeleceu em termos substantivos. A justificação tradicional para tal tutela reside no facto de, no regime de comunhão de adquiridos, os frutos dos bens próprios, serem bens comuns do casal, o que decorre do disposto nos arts. 1724º, al. b), 1722º al. a) *a contrario*, 1733º, n.º 2, por força do art. 1699º al. d), e 1728º, n.º 1, do CC.

4)

Nos regimes atípicos, quer os que prevejam a comunicabilidade dos bens adquiridos por via sucessória, quer os que não prevejam tal comunicabilidade, mas estipulem a comunicabilidade dos frutos dos bens adquiridos por essa via, também o cônjuge do herdeiro tem legitimidade para requerer o processo de inventário, por se lhe reconhecer interesse direto, seja porque os bens herdados são comuns, seja porque apesar de serem bens próprios os seus frutos serem comuns do casal.

5)

Por fim, no que diz respeito ao regime da separação de bens, ou regimes atípicos que não tenham bens comuns, entendemos que só terá legitimidade para requerer o processo de inventário o cônjuge do herdeiro se nos bens a partilhar nesse processo se incluir a casa de morada de família do herdeiro e seu cônjuge.

Essa legitimidade funda-se no art. 1682º-A n.º 2 do CC, que assegura em termos de direito substantivo uma tutela reforçada da casa de morada de família mesmo ao cônjuge casado em separação de bens.

De outro modo, sendo negada a legitimidade para requerer processo de inventário ao cônjuge casado em separação de bens, como parece ser atualmente unânime na doutrina, se pode estar a restringir direitos ao cônjuge.

Concluimos, assim, que o cônjuge do herdeiro é, por regra, interessado direto na partilha, tendo, por isso, legitimidade para requerer os processos de inventário, exceto se for casado sob o regime de separação de bens e na relação dos bens a partilhar não conste a casa de morada de família do herdeiro e seu cônjuge, e ainda nos regimes atípicos em que os bens adquiridos sucessoriamente são bens próprios e os frutos desses bens também são próprios.

6)

O usufrutuário de parte da herança, para efeitos de inventário, é considerado um interessado direto e por conseguinte, deve ter legitimidade para requerer.

7)

O Ministério Público carece atualmente de legitimidade para, como parte principal, intervir no processo de inventário em representação de incapazes e de ausentes em parte incerta.

8)

Da investigação efetuada, concluimos por um alargamento das pessoas com legitimidade para requerer o processo de inventário, no que toca ao cônjuge do herdeiro, face às conceções tradicionais da nossa doutrina e jurisprudência, sendo que o legislador, numa próxima revisão da matéria, deveria explicitar quem considera deter interesse direito de molde a ter aquela legitimidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Augusto Domingues de, *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 1979.

ASCENSÃO, JOSÉ DE OLIVEIRA, *Direito Civil Sucessões*, 4.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1989.

ASCENSÃO, JOSÉ DE OLIVEIRA, *Direito Civil, Teoria Geral - introdução as pessoas os bens I*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

CARDOSO, Augusto Lopes, *Partilhas Judiciais I* (completamente revista, adaptada e actualizada pelos RJPI e CPCivil de 2013), 6.^a ed., Coimbra, Edições Almedina, 2015.

CARDOSO, João António Lopes, *Partilhas Judiciais I*, 4.^o ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1990.

CÂMARA, Carla, Carlos Castelo Branco, José Correia e Sérgio Castanheira, *Regime Jurídico do Processo de Inventário Anotado*, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

CORTE-REAL, Carlos Pamplona, *Curso de Direito das Sucessões*, Quid Iuris, Lisboa, Sociedade Editora Ld^a, 2012.

COSTA, ADALBERTO, *A Partilha em Inventário, Incursão pelo Novíssimo Regime Jurídico do Processo de Inventário*, 1.^a ed., Porto, Vida Económica- Editorial, 2015.

DIAS, Cristina M. Araújo, *Lições de Direito das Sucessões*, Coimbra, Almedina, 2010.

DIAS, Cristina M. Araújo, *Lições de Direito das Sucessões*, 6.^a ed., Coimbra Almedina, 2017.

FERREIRINHA, Fernando Neto, *Processo de Inventário Reflexões sobre o novo regime jurídico- Lei n.º 23/2013, de 5 de março*, 2.^a edição Revista, Aumentada e actualizada, Coimbra, Edições Almedina, 2015.

HENRIQUES, Sofia, O Regime de Impedimentos e Suspeições do notário no âmbito do processo de inventário, *Julgar* (24): 131-142, 2014.

HENRIQUES, Sofia, *Reflexos da atipicidade do Regime de bens no Estatuto Patrimonial dos Cônjuges*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Manuel Rodrigues Correia de, *Os Sujeitos do Novo Processo de Inventário - A Posição do Cônjuge do Herdeiro*, Dissertação de Mestrado, na área de especialização em Ciências Jurídicas-Forenses, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017.

PAIVA, Eduardo Sousa e Helena Cabrita, *Manual do Processo de Inventário à Luz do Novo Regime, aprovado pela Lei N.º 23/2013, de 5 de março e regulamentado pela portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

PAIVA, Eduardo de Sousa, O Novo Processo e Inventário: traves-mestras da reforma, *Julgar* (24):105-122, 2014.

PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito das Sucessões Contemporâneo*, Reimpressão, Lisboa, AAFDL, 2011.

PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

RAMIÃO, Tomé d'Almeida, *O Novo Regime do Processo de Inventário, Notas e Comentários*, 2ª ed., Lisboa, Quid Juris - Sociedade Editora, 2015.

REGO, Carlos Francisco de Oliveira Lopes do, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 1999.

REIS, José Alberto dos, *Processos Especiais II*, Reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 1982.

SÁ, Domingos Silva Carvalho de, *Do Inventário 2014, Descrever, Avaliar e partir*, 7ª ed. Revista e actualizada, Coimbra, Livraria Almedina, 2014.

SOUSA, Rabindranath Capelo de, *Lições de Direito das Sucessões I*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1984

SOUSA, Rabindranath Capelo de, *Lições de Direito das Sucessões II*, 1.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1980.

SOUSA, Rabindranath Capelo de, *A Posição sucessória do cônjuge sobrevivente casado no regime da comunhão de adquiridos ou de separação de bens, na herança indivisa dos sogros em caso de pós-morte do correlativo filhos destes*, publicado em Homenagem da

Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, Coimbra, Almedina, 2007.

VARELA, João de Matos Antunes e Fernando Andrade Pires de Lima, *Código Civil Anotado VI*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998.

VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Teoria Geral do Direito Civil*, 8.^a ed., Coimbra, Edições Almedina, 2017.